

Coleção
Edital Sistematizado

Baseado na metodologia
Questão *sem* primeiro

Leonardo Garcia
Roberval Rocha
Organizadores

Ighor Fernando Rocha Galvão
Coordenação e pesquisa de jurisprudência

Caderno de Treino

ANALISTA JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edital Sistematizado com Questões e Jurisprudência

2ª
edição

Revista, atualizada
e ampliada

2024

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

DIREITO PROCESSUAL PENAL



VOLUME DE QUESTÕES



MÉDIO ALTO

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, DO JUIZ DAS GARANTIAS

INFORMATIVOS

STF Lei Anticrime e alterações no CPP: juiz das garantias, procedimento de arquivamento do inquérito policial, acordo de não persecução penal, obrigatoriedade de realização da audiência de custódia no prazo de 24 horas e revogação automática de prisão. É constitucional o art. 3º da Lei 13.964/2019 (Lei Anticrime), especificamente quanto à instituição e à implementação do juiz das garantias no processo penal brasileiro, porquanto trata de questões atinentes ao processo penal, matéria da competência legislativa privativa da União (CF, art. 22, I), que tem natureza cogente sobre todos os entes federativos e os Poderes da República. No entanto, é formalmente inconstitucional – por configurar invasão desarrazoada à autonomia administrativa e ao poder de auto-organização do Judiciário (CF, art. 96, I) – a introdução, pela Lei Anticrime, do parágrafo único do art. 3º-D do CPP, que impõe a criação de um “sistema de rodízio de magistrados” nas comarcas em que funcionar um único juiz. *ADI 6305, Pleno, 24.8.2023 Inf 1106.*

QUESTÕES OBJETIVAS

1. (Cespe/TJ/BA/Analista/2019) Em razão da sucessão de leis genuinamente processuais penais, será observado, nos processos em andamento, o:

- sistema das fases processuais.
- sistema do isolamento dos atos processuais.
- princípio do “tempus delicti”.
- princípio da ultratividade da norma, em regra.
- sistema da unidade processual.

2. (IBFC/TJ/PE/Analista/2017) Sobre a aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço, analise os itens a seguir.

- A lei processual penal entra em vigor e passa a ser aplicada imediatamente, mesmo nas hipóteses em que o delito já tenha sido cometido, o acusado já esteja sendo processado e extinga modalidade de defesa.
- Aplica-se a lei processual penal brasileira quando o crime é cometido por cidadão brasileiro no exterior e ali o autor passa a ser processado.
- Nos crimes cometidos em embarcações estrangeiras privadas estacionadas em portos brasileiros, aplica-se a lei processual penal de seu país de origem.

IV. O cumprimento de sentença penal condenatória emitida por autoridade estrangeira não se submete a exame de legalidade e correspondência de crimes, cabendo ao juiz criminal aplicá-la de imediato.

Assinale a alternativa correta:

- Apenas I e II estão corretos.
- Apenas I e IV estão incorretos.
- Apenas II e III estão incorretos.
- Apenas III e IV estão corretos.
- I, II, III e IV estão incorretos.

2. DO INQUÉRITO POLICIAL

SÚMULAS

STF Súm. Vinculante 14. É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

STF Súm. 524. Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do Promotor de Justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas.

INFORMATIVOS

STF Investigação de agentes com foro privilegiado perante o respectivo Tribunal de Justiça: necessidade de prévia autorização judicial para a instauração. As investigações contra autoridades com prerrogativa de foro perante o STF submetem-se ao prévio controle judicial, circunstância que inclui a autorização judicial para as investigações. Essa atividade de supervisão judicial deve ser constitucionalmente desempenhada durante toda a tramitação das investigações, desde a abertura dos procedimentos investigatórios até o eventual oferecimento da denúncia. Nesse contexto, e diante do caráter excepcional das hipóteses constitucionais de foro por prerrogativa de função, que possuem diferenciações em nível federal, estadual e municipal, o mesmo entendimento também é aplicável às investigações que envolvem autoridades com foro privilegiado nos tribunais de segundo grau, motivo pelo qual é necessária a supervisão das investigações pelo órgão judicial competente. *ADI 7447 MC-Ref, 29.9.2023. Pleno. Inf 1110.*

STF Polícia Rodoviária Federal e a possibilidade de lavrar termo circunstanciado em casos de crime federal de menor potencial ofensivo. O Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) não possui natureza investigativa, podendo ser lavrado por integrantes da polícia judiciária ou da polícia administrativa. É constitucional – por ausência de usurpação das funções das polícias judiciárias – a prerrogativa conferida à PRF de lavrar TCO, o qual, diversamente do inquérito policial, não constitui

ato de natureza investigativa, dada a sua finalidade de apenas constatar um fato e registrá-lo com detalhes. *ADI 6245, 17.2.2023. Pleno. Inf 1083.*

STF **Requisição de instauração de inquérito policial pela Defensoria Pública.** É inconstitucional norma estadual que confere à Defensoria Pública o poder de requisição para instaurar inquérito policial. O poder de requisitar a instauração de inquérito policial está intrinsecamente ligado à persecução penal no País, o que exige uma disciplina uniforme em todo o território nacional. Nesse contexto, o CPP – norma editada no exercício da competência privativa da União para legislar sobre direito processual – já delimitou essa atribuição, conferindo-a somente à autoridade judiciária ou ao Ministério Público. *ADI 4346, 10.3.2023. Pleno. Inf 1086.*

STJ **Inquérito policial. Término. Prazo impróprio. Excesso de prazo. Investigação que perdura por anos a fio. Princípio da razoabilidade. Violação. Ilegalidade configurada. Trancamento. Possibilidade.** Embora o prazo de 30 dias para o término do inquérito com indiciado solto (art. 10 do CPP) seja impróprio, sem consequências processuais imediatas se inobservado, isso não equivale a que a investigação se prolongue por tempo indeterminado, por anos a fio, devendo pautar-se pelo princípio da razoabilidade. *AgRg no HC 690299, 6ª T, 15.8.2022. Inf 10E.*

STJ **Sigilo do inquérito policial. Elementos de prova já documentados no inquérito policial. Acesso ao advogado e aos familiares das vítimas. Direito assegurado. Distinção entre direito dos familiares da vítima de acesso ao inquérito policial e assistente de acusação. Prerrogativa de membro da defensoria pública. Súmula Vinculante n. 14. Diálogo de fontes. Protocolo de Minnesota. Cumprimento da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no caso Favela Nova Brasília. Resolução n. 386/2021 do Conselho Nacional de Justiça.** É cabível o acesso aos elementos de prova já documentados nos autos de inquérito policial aos familiares das vítimas, por meio de seus advogados ou defensores públicos, em observância aos limites estabelecidos pela Súm. Vinculante 14. *Proc. segredo justiça, 6ª T, 3.5.2023. Inf 775.*

STJ **Inquérito policial. Investigação iniciada pela Justiça Federal. Declínio de competência para a Justiça estadual. Prosseguimento das diligências investigativas pela Polícia Federal. Nulidade.** Declinada a competência do feito para a Justiça estadual, não cabe à Polícia Federal prosseguir nas investigações. *HC 772142, 6ª T, 3.4.2023. Inf 773.*

QUESTÕES OBJETIVAS

3. (UFG/TJ/GO/Analista/2023) Leia o caso a seguir. Certa noite, uma pessoa não identificada, dizendo ser morador de uma pequena cidade do interior de Goiás, ligou para a delegacia local, denunciando um esquema de tráfico de drogas que estaria acontecendo em uma casa abandonada no bairro próximo. Ela relatou que havia observado um intenso movimento de pessoas estranhas entrando e saindo do imóvel e que isso estava deixando os moradores da região preocupados. Seguindo o procedimento investigativo legalmente estabelecido a respeito da instauração de inquérito policial, o cauteloso delegado deve:

- instaurar imediatamente um inquérito policial, em respeito ao princípio da oficiosidade.
- instaurar imediatamente um inquérito policial, em respeito ao princípio da oficialidade.
- iniciar uma verificação preliminar com a sua equipe, considerando o fato de a “notitia criminis” ser inqualificada, para checar as informações antes de instaurar o inquérito policial.
- iniciar uma verificação preliminar com a sua equipe, considerando o fato de a “notitia criminis” ser de cognição forçada, para checar as informações antes de instaurar o inquérito policial.
- discricionariamente desqualificar a “notitia criminis”, uma vez que a Constituição Federal de 1988 veda o anonimato, além de que o inquérito policial, por sua natureza inquisitorial, não se sujeita ao princípio da oficiosidade.

4. (UFG/TJ/GO/Analista/2023) O inquérito policial é um processo administrativo presidido pela autoridade policial, apuratório e informativo, cujo prazo:

- em caso de crime comum, investigado no âmbito federal, será de 10 dias se o indiciado estiver preso e 30 dias se estiver solto, prorrogáveis por igual período pelo juiz, ouvido o Ministério Público, por pedido da autoridade policial.
- em caso de crime comum, investigado no âmbito estadual, será de 15 dias se o indiciado estiver preso e 30 dias se estiver solto, prorrogáveis por igual período pelo juiz, ouvido o Ministério Público, por pedido da autoridade policial.
- em caso de crime contra a economia popular, será de 15 dias, em qualquer hipótese, mediante requisição da autoridade policial ao juízo competente.
- em caso de crime de responsabilidade, será de 10 dias se o indiciado estiver preso e 30 dias se estiver solto, prorrogáveis por igual período mediante requisição da autoridade policial.
- em caso de tráfico de drogas, será de 30 dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 dias quando solto, prorrogáveis por igual período pelo juiz, ouvido o Ministério Público, por pedido da autoridade policial.

5. (UFG/TJ/GO/Analista/2021) Leia o trecho da música “Rita”, de Tierry, 2020, apresentada a seguir: “Sua ausência tá fazendo mais estrago //Que a sua traição (quero ouvir), lê-lê-lê-lê //Minha cama dobrou de tamanho //Sem você no meu colchão //Seu perfume tá impregnado nesse quarto escuro //Que saudade desse cheiro de cigarro e desse álcool puro //Rita, eu desculpo tudo //Ôh, Rita, volta, desgramada //Volta, Rita, que eu perdoou a fachada //Ôh, Rita, não me deixa //Volta, Rita, que eu retiro a queixa.” Atualmente, muitas músicas populares abordam temáticas jurídicas, sobretudo penais. Contudo, dada a licença poética e o descompromisso com as normas jurídicas, algumas impropriedades acabam sendo cometidas. Nesse sentido, considerando o trecho da música “Rita”, infere-se que:

- Rita é autora do crime, que, a depender de sua intenção, poderá ser lesão corporal ou tentativa de homicídio e, em qualquer caso, de ação penal pública; logo, o inquérito policial deverá ser instaurado, não dependendo de manifestação de vontade da vítima, salvo se tratar de lesão corporal de natureza leve, em que dependerá da representação do ofendido.
- na música a palavra queixa está relacionada ao seu uso popular, no sentido de indicar o comunicado do crime à autoridade policial, quando na verdade queixa-crime é a nomenclatura da peça inaugural do processo penal em casos de ações penais públicas condicionadas à representação ou privadas de qualquer natureza.
- para “adequar” a música ao direito penal, o crime deveria ser de lesão corporal de natureza leve, ou seja, dependeria de representação; nesse caso, o companheiro de Rita poderia, além de perdoar, retirar a representação até a data anterior à publicação da sentença, utilizando o seu direito de retratação.
- o perdão do ofendido, nos termos da canção, pode ter efeito moral, mas não gera efeito jurídico algum; todavia, caso fosse um crime de ação penal privada, o perdão poderia gerar extinção de punibilidade, independente da outra parte aceitá-lo.

6. (UFG/TJ/GO/Analista/2021) Conhecida como pacote anti-crime, a Lei n. 13.964/2019 modifica a legislação penal e processual penal brasileira. Dentre as inovações dessa lei, destacam-se:

- a previsão do juiz de garantias, para atuar na fase da execução penal, e a sua consequente responsabilidade para realizar a execução da pena de multa.
- as modificações nas regras de arquivamento do inquérito policial, com possibilidade de participação da vítima nessa

fase, e a definição e regulamentação dos procedimentos que envolvem a cadeia de custódia.

- c) a previsão de execução provisória das penas quando da condenação igual ou superior a 15 anos de reclusão e a possibilidade de concessão do efeito suspensivo em caso de apelação contra júri em condenação por qualquer pena.
- d) a instituição do acordo de não persecução penal e a criação de varas criminais colegiadas para julgar organizações ou associações criminosas de qualquer tipo.

7. (TJ/PR/Analista/2019) Assinale o item correto acerca do título “Inquérito Policial” constante do Decreto-Lei 3.689/1941 (Código de Processo Penal):

- a) O inquérito, nos crimes em que a ação pública independer de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- b) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 15 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- c) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que esta contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- d) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

8. (Cespe/TJ/BA/Analista/2019) A respeito de inquérito policial, assinale a opção correta:

- a) Em regra, a apreensão de objetos na fase inquisitorial não depende de autorização judicial.
- b) A não conclusão do inquérito policial no prazo legal acarreta a nulidade do procedimento.
- c) Diante de notícia de novas provas, a autoridade policial poderá desarquivar, de ofício, inquérito policial já encerrado.
- d) O inquérito policial é peça imprescindível ao oferecimento da denúncia e se encerra com a apresentação do relatório final pela autoridade policial.
- e) Aplicam-se às autoridades policiais as mesmas regras de suspensão e impedimento concernentes aos magistrados.

9. (Cespe/TJ/AM/Analista/2019) Lúcio é investigado pela prática de latrocínio. Durante a investigação, apurou-se a participação de Carlos no crime, tendo sido decretada de ofício a sua prisão temporária. Como Lúcio está solto, o inquérito policial não terá prazo para ser concluído.

10. (FGV/TJ/AL/Analista/2018) Gustavo, Delegado de Polícia, é a autoridade policial que preside duas investigações autônomas em que se apura a suposta prática de crimes de homicídio contra Joana e Maria. Após realizar diversas diligências, não verificando a existência de justa causa nos dois casos, elabora relatórios finais conclusivos e o Ministério Público promove pelos arquivamentos, havendo homologação judicial. Depois do arquivamento, chega a Gustavo a informação de que foi localizado um gravador no local onde ocorreu a morte de Maria, que não havia sido apreendido, em que encontrava-se registrada a voz do autor do delito. A autoridade policial, ademais, recebe a informação de que a família de Joana obteve um novo documento que indicava as chamadas telefônicas recebidas pela vítima no dia dos fatos, em que constam 25 ligações do ex-namorado de Joana em menos de uma hora. Considerando as novas informações recebidas pela autoridade policial, é correto afirmar que:

- a) não poderá haver desarquivamento do inquérito que investigava a morte de Joana, mas poderá ser desarquivado o que

investigava a morte de Maria, tendo em vista que o documento obtido pela família de Joana não existia quando do arquivamento.

- b) poderá haver desarquivamento dos inquéritos diretamente pela autoridade policial, mas não poderá o Ministério Público oferecer imediatamente denúncia, ainda que haja justa causa, diante dos arquivamentos anteriores.
- c) poderá haver desarquivamento dos inquéritos que investigavam as mortes de Joana e Maria, pois em ambos os casos houve prova nova, ainda que o gravador já existisse antes do arquivamento.
- d) poderá haver desarquivamento do inquérito que investigava a morte de Joana, mas não do de Maria, tendo em vista que apenas no primeiro caso houve prova nova.
- e) não poderá haver prosseguimento das investigações, tendo em vista que houve decisão de arquivamento que fez coisa julgada.

11. (PUCPR/TJ/MS/Analista/2017) Sobre o inquérito policial, ação penal e prova no processo penal, marque a alternativa correta:

- a) Não poderá o juiz, em qualquer fase do processo, declarar de ofício a extinção da punibilidade.
- b) Visando à prevenção e à repressão aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, somente o membro do Ministério Público poderá requisitar às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados (como sinais e informações) que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.
- c) A informação referente à existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência; o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicada pela pessoa presa, deverá ser colhida somente na fase do interrogatório do acusado.
- d) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, dentre outras providências, a autoridade policial deverá dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas até a chegada dos peritos criminais.
- e) O interesse de agir, uma das condições da ação penal, diz respeito à pertinência subjetiva para a ação.

12. (UFG/TJ/GO/Analista/2017) Nos termos do Código de Processo Penal, do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o:

- a) escrivão de polícia.
- b) chefe de polícia.
- c) juiz leigo.
- d) juiz de direito.
- e) Tribunal de Justiça.

13. (UFMT/TJ/MT/Analista/2016) Em relação ao inquérito policial, marque V para as assertivas verdadeiras e F para as falsas.

- I. Nos crimes de ação pública, o inquérito policial terá início com o requerimento do ofendido, não cabendo representação.
- II. Nos crimes de ação privada, o inquérito policial terá início de ofício.
- III. À autoridade policial caberá o fornecimento das informações necessárias à instrução e julgamento dos processos.
- IV. À autoridade policial caberá a realização das diligências requisitadas pelo juiz ou Ministério Público.

Assinale a sequência correta:

- a) F, V, F, V.

- b) V, V, V, F.
c) F, F, V, V.
d) V, F, V, F.

14. (Cespe/TJ/DFT/Analista/2015) A doutrina e a jurisprudência majoritárias admitem o denominado arquivamento implícito, que consiste no fato de o oferecimento de denúncia pelo Ministério Público por apenas alguns dos crimes imputados ao iniciado impedir que os demais sejam objeto de futura ação penal.

15. (FGV/TJ/PI/Analista/2015) No dia 30 de março de 2014, Marta foi vítima de um crime de homicídio, razão pela qual foi instaurado inquérito policial para identificação do autor do delito. Após diversas diligências, não foi possível identificar a autoria, razão pela qual foi realizado o arquivamento do procedimento, pela falta de justa causa, de acordo com as exigências legais. Ocorre que, em abril de 2015, a filha de Marta localizou o aparelho celular de Marta e descobriu que seu irmão, Lúcio, havia enviado uma mensagem de texto para sua mãe, no dia 29 de março de 2014, afirmando para a vítima “se você não me emprestar dinheiro novamente, arcará com as consequências”. Diante disso, a filha de Marta apresentou o celular de sua mãe para a autoridade policial. Considerando a situação narrada, é correto afirmar que o arquivamento do inquérito policial:

- a) fez coisa julgada material, de modo que não mais é possível seu desarquivamento.
b) não fez coisa julgada, mas não é possível o desarquivamento porque a mensagem de texto não pode ser considerada prova nova, já que existia antes mesmo da instauração do inquérito policial.
c) foi realizado diretamente pela autoridade policial, de modo que não faz coisa julgada material.
d) não fez coisa julgada material, podendo o inquérito ser desarquivado, tendo em vista que a mensagem de texto pode ser considerada prova nova.
e) não fez coisa julgada material, mas não mais caberá desarquivamento, pois passados mais de 6 meses desde a decisão.

3. DA AÇÃO PENAL/CIVIL

ATENÇÃO: ESTE TEMA É MUITO EXIGIDO NOS CONCURSOS!

SÚMULAS

STF Súm. 524. Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do Promotor de Justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas.

STF Súm. 554. O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta ao prosseguimento da ação penal.

STF Súm. 594. Os direitos de queixa e de representação podem ser exercidos, independentemente, pelo ofendido ou por seu representante legal.

STF Súm. 609. É pública incondicionada a ação penal por crime de sonegação fiscal.

STF Súm. 696. Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o promotor de justiça a propô-la, o juiz, dissentindo, remeterá a questão ao procurador-geral, aplicando-se por analogia o art. 28 do Código de Processo Penal.

STF Súm. 709. Salvo quando nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que prevê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela.

STF Súm. 714. É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

STJ Súm. 234. A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

STJ Súm. 542. A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada.

STJ Súm. 648. A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em “habeas corpus”.

INFORMATIVOS

STJ Acordo de não persecução penal. Ausência de remessa dos autos ao Ministério Público. Inexistência de confissão formal e circunstanciada nos autos. Obstáculo inexistente. Possibilidade de a confissão ser registrada perante o parquet. Relevância e multiformas da confissão espontânea. Observância do princípio da não autoincriminação e da ampla defesa. A ausência de confissão formal e circunstanciada no curso da ação penal não impede a remessa dos autos ao Parquet para avaliar a possibilidade de propositura do acordo de não persecução penal, uma vez que essa confissão pode ser formalizada perante o Ministério Público, no ato de assinatura do acordo. *HC 837239, 5ª T, 26.9.2023. Inf 789.*

STJ Acordo de não persecução penal – ANPP. Pressupostos legais configurados. Poder-dever do Ministério Público de propor o acordo no momento processual oportuno. Propositura do pacto após o oferecimento e recebimento da denúncia. Nulidade absoluta. Formalização do acordo que não pode ser condicionada a confissão extrajudicial. Presunção de prejuízo. Por constituir um poder-dever do Ministério Público, o não oferecimento tempestivo do ANPP desacompanhado de motivação idônea constitui nulidade absoluta. *AgRg no HC 762049, 6ª T, 17.3.2023. Inf 769.*

STJ Ação de improbidade administrativa. Absolvção. Repercussão sobre a ação penal. Independência das esferas. Ausência do elemento subjetivo dos particulares. Crime contra a Administração Pública. Especificidades examinadas pela esfera cível. Dolo de atentar contra os princípios da administração não configurado. Exceção à independência das esferas. Justa causa para ação penal esvaziada. A absolvição na ação de improbidade administrativa em virtude da ausência de dolo e da ausência de obtenção de vantagem indevida esvazia a justa causa para manutenção da ação penal. *RHC 173448, 5ª T, 7.3.2023. Inf 766.*

STJ Acordo de não persecução penal. Oferecimento. Discricionariedade do parquet. Pedido de sobrestamento do julgamento de ações penais em curso na origem até a apreciação do recurso interposto perante o órgão superior do Ministério Público. Inviabilidade. Inexistência de previsão legal. Recurso administrativo sem efeito suspensivo. Manifestação revisora do órgão superior do Ministério Público atendida. Art. 28-A, § 14, do CPP. No caso de recusa de oferecimento do acordo de não persecução penal pelo representante do Ministério Público, o recurso dirigido às instâncias administrativas contra o parecer da instância superior do Ministério Público não detém efeito suspensivo capaz de sustar o andamento de ação penal. *Proc. segredo justiça, 5ª T, 7.6.2023. Inf 780.*

STJ Acordo de Não Persecução Penal. Art. 28-A do CPP. Procedência parcial da pretensão punitiva. Alteração do quadro fático-jurídico. Novo patamar de apenamento. Cabimento do ANPP. Nos casos em que houver a modificação do quadro fático-jurídico, e, ainda, em situações em que houver a desclassificação do delito – seja por “emendatio” ou “mutatio libelli” –, uma vez preenchidos os requisitos legais exigidos para o acordo de não persecução penal, torna-se cabível o instituto negocial. *AgRg no REsp 2016905, 5ª T, 14.4.2023. Inf 772.*

STJ Acordo de não persecução penal (ANPP). Art. 28-A do CPP. Recusa de oferecimento pelo Ministério Público. Intimação do acusado para fins do § 14 do art. 28 do CPP. Não obrigatoriedade. Inexistência de previsão legal. Rejeição da denúncia. “Error in procedendo”. Por ausência de previsão legal, o MP não é obrigado a notificar o investigado acerca da proposta do ANPP. *REsp 2024381, 6ª T, 7.3.2023. Inf 766.*

STJ Acordo de não persecução penal (ANPP). Denúncia recebida. Aplicação retroativa. Inviabilidade. O ANPP, inserido pela Lei 13.924/19, aplica-se retroativamente desde que não tenha havido o recebimento da denúncia. *AgRg no REsp 2006523, 5ª T, 26.8.2022. Inf 761.*

STJ Acordo de não persecução penal. Art. 28-A, § 6º, do CPP. Execução penal. Competência. Juízo que homologou o acordo. Investigado residente em jurisdição diversa. Penas restritivas de direitos. Acompanhamento e fiscalização do cumprimento. Depreciação. Possibilidade. A competência para a execução do acordo de não persecução penal é do Juízo que o homologou. *CC 192158, 3ª S, 18.11.2022. Inf 757.*

QUESTÕES DISCURSIVAS

1. (TJ/MS/Analista/2017) Tema da redação: “Operação Lava Jato”.

2. (TJ/AC/Analista/2016) Acerca da ação penal privada personalíssima, pontue: a) Quais princípios lhe são aplicáveis; b) Suas características; e, c) Se há algum tipo penal em nosso ordenamento jurídico que admita tal espécie de ação. Se sim, cite-o(s).

3. (TJ/GO/Analista/2013) Discorra apontando as principais diferenças entre as peças de denúncia e queixa, bem como sobre os princípios da indivisibilidade e divisibilidade da ação penal.

QUESTÕES OBJETIVAS

16. (UFG/TJ/GO/Analista/2023) Leia o caso a seguir. B. T. praticou um crime sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, portanto passível de acordo de não persecução penal (ANPP). B. T., ainda no curso do inquérito policial, confessa formalmente a prática do crime e, considerando outros elementos de informação, o delgado de polícia encerra o inquérito policial, indiciando B. T. O Ministério Público, ao analisar o caso, decide por não ser possível realizar o acordo, pois verificou como hipótese de não aplicação do instituto:

- o cabimento de transação penal, de competência do juizado especial criminal.
- a confissão voluntária do indiciado durante o trâmite do procedimento investigativo.
- que o indiciado já havia sido beneficiado pela suspensão condicional do processo dez anos antes da prática do novo delito.
- que o crime foi praticado contra vítima mulher.
- que os elementos probatórios indicaram ausência de tentativa anterior de reparação do dano causado.

17. (Cespe/TJ/ES/Analista/2023) O direito de queixa poderá ser exercido por curador especial, nomeado pelo juízo, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, quando o ofendido for menor de 18 anos de idade e não tiver representante legal.

18. (Idecap/TJ/PI/Analista/2022) A doutrina conceitua ação penal como o direito de pedir ao Estado-Juiz a aplicação do direito penal objetivo a um caso concreto. À legislação, a doutrina e a jurisprudência são uníssonas no sentido de que há espécies de ação penal, como a ação penal pública e a ação penal privada. Acerca da Ação Penal Privada Subsidiária da Pública, é incorreto afirmar que:

- não pode ser proposta pelo ofendido quando o Ministério Público requerer o arquivamento do inquérito policial.
- está prevista na Constituição Federal como direito e garantia constitucional.
- pode ser proposta pelo ofendido quando o Ministério Público não propuser a ação no prazo legal.
- o ofendido, após a propositura da ação penal privada subsidiária, durante seu curso processual, poderá conceder ao querelado o perdão.
- não pode ser proposta pelo ofendido quando o Ministério Público requerer a devolução dos autos à Delegacia Policial, requisitando novas diligências.

19. (Idecap/TJ/PI/Analista/2022) O dia 13/1/2022, Carlos foi agredido verbalmente por José, fato esse que claramente caracterizava um crime contra a honra, tipificado no artigo 139 da Legislação Penal – difamação. Como se trata de um delito de ação penal privada, Carlos procura a advogada Carolina no dia 13/7/2022, a

fim de que sejam tomadas as providências judiciais cabíveis, com a propositura de ação penal. Nessa hipótese, a advogada Carolina deverá esclarecer que:

- não é possível a propositura da ação penal (queixa-crime), tendo em vista que o prazo decadencial de seis meses foi ultrapassado, já que se conta o primeiro dia e não se conta o último.
- não é possível a propositura da ação penal (queixa-crime), tendo em vista que o prazo decadencial de três meses foi ultrapassado, já que não se conta o primeiro dia e se conta o último.
- é possível a propositura da ação penal (queixa-crime), tendo em vista que o prazo decadencial de dez meses não foi ultrapassado, já que não se conta o primeiro dia e se conta o último.
- não é possível a propositura da ação penal (queixa-crime), tendo em vista que o prazo decadencial de três meses foi ultrapassado, já que se conta o primeiro dia e não se conta o último.
- é possível a propositura da ação penal (queixa-crime), tendo em vista que o prazo decadencial de seis meses não foi ultrapassado, já que não se conta o primeiro dia e se conta o último.

20. (FCC/TJ/CE/Analista/2022) Nos delitos de ação penal pública condicionada:

- a denúncia será promovida pelo Ministério Público ou mediante queixa do ofendido.
- o ofendido poderá se retratar da representação, desde que o faça a qualquer tempo antes da sentença.
- a denúncia poderá ser oferecida pelo Ministério Público sem a instauração do inquérito policial, se a representação trouxer elementos suficientes à ação penal.
- o direito de representação poderá ser exercido pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, desde que haja declaração escrita do ofendido.
- o direito de representação será extinto em caso de morte do ofendido.

21. (FCC/TJ/CE/Analista/2022) Sobre o acordo de não persecução penal, é correto afirmar:

- Os tribunais superiores possuem entendimento unânime de não admitir sua aplicação aos processos já em curso, por se tratar de norma de caráter processual.
- Um dos requisitos para seu oferecimento é que o investigado tenha confessado a prática da infração penal formal e circunstancialmente perante a autoridade policial.
- A confissão formal e circunstancial a que se refere o artigo 28-A, do Código de Processo Penal deve ser feita à autoridade judicial.
- É cabível ainda que o investigado esteja em cumprimento de suspensão condicional do processo quando da prática da infração penal, pois referida suspensão não enseja reincidência.
- Para aferição da pena mínima exigida como requisito para seu oferecimento, devem ser consideradas as causas de aumento e diminuição de pena aplicáveis ao caso concreto.

22. (FCC/TJ/CE/Analista/2022) A denúncia será rejeitada quando:

- incabível a prisão preventiva do acusado.
- faltar justa causa para o exercício da ação penal.
- o acusado não constituir advogado e for citado por hora certa.
- existente causa que exclua a ilicitude do fato.
- determinada a quebra da fiança.

23. (Cespe/TJ/RJ/Analista/2021) Em matéria de ação penal, é correto afirmar que a renúncia:

- alcança, no caso de concurso de agentes, apenas o agente expressamente indicado pelo querelante.
- é instituto extintivo de culpabilidade do agente.
- é exercida pelo ofendido após o ajuizamento da ação penal.
- impede a apresentação de queixa-crime na ação penal privada, mesmo que de forma tácita.
- somente é cabível na ação penal privada.

24. (Cespe/TJ/RJ/Analista/2021) Com relação à ação penal exclusivamente privada, assinale a opção correta.

- Operando-se a morte do ofendido, não é cabível a sucessão processual.
- O promotor de justiça não tem legitimidade para aditar a queixa ou intervir nos atos subsequentes do processo.
- O direito de ação só pode ser exercido pelo ofendido, não sendo cabível a intervenção de representante legal.
- O ajuizamento da queixa-crime não demanda a presença de advogado dotado de capacidade postulatória.
- A pessoa jurídica poderá figurar no polo ativo de queixa-crime.

25. (Cespe/TJ/PA/Analista/2020) Maria foi vítima de estupro praticado por um desconhecido em um parque. Ao comparecer à delegacia, ela comunicou formalmente o ocorrido e submeteu-se a exame de corpo de delito, que comprovou a violência sexual; em seguida, foi feito o retrato falado do estuproador. Apesar dos esforços da autoridade policial, o autor do crime somente foi identificado e reconhecido pela vítima sete meses após a ocorrência do fato. Nessa situação hipotética, concluídas as investigações, o Ministério Público deve:

- oferecer a denúncia, visto que estão presentes as condições da ação penal.
- manifestar-se pelo arquivamento do inquérito policial por falta de interesse de agir.
- manifestar-se pelo arquivamento do inquérito policial por falta de possibilidade jurídica do pedido.
- manifestar-se pelo arquivamento do inquérito policial por falta de justa causa.
- oficiar à vítima para que ela informe se ainda tem interesse na propositura da ação penal.

26. (Cespe/TJ/PA/Analista/2020) Antônia foi vítima de calúnia praticada por Francisca e Rita. Inconformada, Antônia, na mesma semana em que sofreu a calúnia, tomou as providências para que fosse proposta a ação penal cabível, mas o fez apenas contra Francisca, porque Rita era amiga de sua mãe. Nessa situação hipotética, ocorreu:

- retratação.
- renúncia.
- perdão.
- perempção.
- decadência.

27. (Cespe/TJ/PA/Analista/2020) Impede a propositura de ação civil indenizatória a decisão penal que:

- arquivar o inquérito policial.
- julgar extinta a punibilidade do agente.
- reconhecer a inexistência material do fato.
- absolver o réu em razão de o fato imputado não constituir crime.
- absolver o réu em razão de não existir prova suficiente para sua condenação.

28. (Cespe/TJ/AM/Analista/2019) Pedro, com vinte e dois anos de idade, e Paulo, com vinte anos de idade, foram denunciados pela prática de furto contra Ana. A defesa de Pedro alegou inimputabilidade. Paulo confessou o crime, tendo afirmado que escolhera a vítima porque, além de idosa, ela era sua tia. Uma vez que a vítima é tia de Paulo, a ação penal será pública condicionada a representação.

29. (Cespe/TJ/BA/Analista/2019) Acerca de ação penal de natureza privada, assinale a opção correta:

- O perdão do ofendido somente opera os seus efeitos com a anuência do querelado.
- O recebimento de indenização por reparação de dano causado pelo crime, em acordo homologado judicialmente, não afasta o direito de queixa-crime.
- A ausência do querelante na audiência de instrução enseja sua condução coercitiva, desde que este seja regularmente notificado.
- A renúncia ao direito de queixa em relação a apenas um dos autores de um crime não se estenderá aos demais.
- Não é cabível aditamento de queixa-crime pelo Ministério Público.

30. (Cespe/TJ/AM/Analista/2019) Júnia, de quatorze anos de idade, acusa Pierre, de dezoito anos de idade, de ter praticado crime de natureza sexual consistente em conjunção carnal forçada no dia do último aniversário da jovem. Pierre, contudo, alega que o ato sexual foi consentido. No caso em questão, se comprovada a prática do crime, a ação penal cabível será pública incondicionada, pois não há previsão de ação pública condicionada à representação em crimes contra a dignidade sexual.

31. (TJ/PR/Analista/2018) Assinale a alternativa correta sobre a composição civil:

- Os crimes de ação penal pública incondicionada não comportam composição civil.
- A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título executivo, podendo ser executada, se for o caso, no próprio Juizado.
- Tratando-se de ação penal privada ou pública condicionada à representação, a composição civil homologada acarreta renúncia ao direito de queixa ou representação.
- Em qualquer hipótese, o descumprimento da composição civil acarreta a retomada do procedimento sumariíssimo.

32. (TJ/PR/Analista/2018) Suponha que o noticiado, após não comparecer a audiência preliminar, não é mais encontrado para ser intimado acerca da nova data para referida audiência. Nesse caso, de acordo com a jurisprudência:

- Deve ser intimado via edital.
- Os autos serão remetidos, de plano, ao juízo comum tendo em vista a impossibilidade de citação editalícia.
- Será oferecida denúncia e somente após os autos serão remetidos ao juízo comum.
- Ocorrerá a suspensão do processo, bem como do prazo prescricional, nos termos do art. 366, do CPP.

33. (FGV/TJ/AL/Analista/2018) Foi instaurado inquérito policial para apurar a suposta prática de crime de estelionato, figurando Valéria como vítima e Júlio César como indiciado. Após a realização de diversas diligências e a apresentação de relatório conclusivo por parte da autoridade policial, o Ministério Público analisou os elementos informativos e encaminhou ao Judiciário promoção de arquivamento, entendendo pela inexistência de

justa causa. Ao tomar conhecimento, Valéria fica revoltada com a conduta do órgão ministerial, pois está convicta de que Júlio César seria o autor do delito. Diante disso, apresenta queixa, iniciando ação penal privada subsidiária da pública. Quando iniciada a análise da ação penal privada subsidiária da pública, deverá o órgão do Poder Judiciário competente:

- receber a inicial acusatória e, caso o ofendido deixe de promover o andamento do processo por 30 dias seguidos, deverá ser reconhecida a perempção.
- não receber a inicial acusatória, tendo em vista que não houve omissão do Ministério Público a justificar a ação penal privada subsidiária da pública.
- receber a inicial acusatória, passando o ofendido a figurar como parte do processo, não podendo o Ministério Público aditar a queixa oferecida.
- receber a inicial acusatória, podendo o Ministério Público oferecer denúncia substitutiva da queixa, fornecer elementos de prova e interpor recursos.
- não receber a inicial acusatória, pois não há previsão do instituto da ação penal privada subsidiária da pública na Constituição da República de 1988, não sendo a previsão do Código de Processo Penal recepcionada.

34. (FGV/TJ/AL/Analista/2018) Matheus foi vítima de crime de ação penal pública condicionada à representação. Logo após os fatos, compareceu em sede policial e, oralmente, manifestou ao Delegado o interesse em representar em face do autor dos fatos. Diante disso, foi oferecida denúncia pelo Ministério Público. Matheus, porém, se arrependeu e demonstrou interesse em se retratar da representação enquanto a denúncia não era recebida. Considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que Matheus:

- não poderá se retratar da representação, já que o Código de Processo Penal não admite retratação, independentemente do momento, uma vez realizada a representação perante autoridade policial.
- poderá se retratar da representação, mesmo após o recebimento da denúncia, em razão do princípio da disponibilidade da ação penal pública condicionada à representação.
- não precisa se retratar da representação, pois esta foi inválida, já que realizada oralmente.
- poderá se retratar da representação, tendo em vista que a denúncia não foi recebida.
- não poderá se retratar da representação, tendo em vista que a denúncia já foi oferecida.

35. (FGV/TJ/SC/Analista/2018) O Código de Processo Penal prevê uma série de institutos aplicáveis às ações penais de natureza privada. Sobre tais institutos, é correto afirmar que:

- a renúncia ao exercício do direito de queixa ocorre antes do oferecimento da inicial acusatória, mas deverá ser expressa, seja através de declaração do ofendido seja por procurador com poderes especiais.
- o perdão do ofendido oferecido a um dos querelados poderá a todos aproveitar, podendo, porém, ser recusado pelo beneficiário, ocasião em que não produzirá efeitos em relação a quem recusou.
- a renúncia ao exercício do direito de queixa ocorre após o oferecimento da inicial acusatória, gerando extinção da punibilidade em relação a todos os querelados.
- a decadência ocorrerá se o ofendido não oferecer queixa no prazo de 6 meses a contar da data dos fatos, sendo irrelevante a data da descoberta da autoria.

- a perempção ocorre quando o querelante deixa de comparecer a atos processuais para os quais foi intimado, ainda que de maneira justificada.

36. (FGV/TJ/SC/Analista/2018) Caio, funcionário público do Tribunal de Justiça, foi denunciado pela suposta prática do crime de corrupção, após prisão em flagrante no momento em que solicitava vantagem indevida para prática de ato de ofício. Sobre o procedimento aplicável à ação penal em que Caio figura como denunciado, é correto afirmar que:

- a defesa técnica de Caio somente poderá ser intimada após o recebimento da denúncia para apresentar defesa, ocasião em que deverá apresentar teses, provas que pretenda produzir exceções.
- a resposta preliminar é indispensável, mesmo que a denúncia seja amparada em inquérito policial, de acordo com a jurisprudência do STJ.
- a resposta preliminar poderá indicar as provas que a defesa pretenda produzir, mas não poderá ela mesma ser instruída com documentos e justificações.
- a defesa técnica de Caio deverá ser notificada, antes do recebimento da denúncia, para oferecer defesa no prazo de 15 dias.
- o juiz, nesse procedimento especial, não poderá rejeitar a denúncia se convencido da inexistência do crime.

37. (TJ/MS/Analista/2018) Nos crimes de ação penal de iniciativa privada:

- a renúncia ao exercício do direito de queixa se estenderá a todos os querelantes.
- a renúncia é ato unilateral, voluntário e necessariamente expresso.
- a perempção pode ocorrer no curso do inquérito policial.
- o perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.

38. (FGV/TJ/PI/Analista/2015) Tradicionalmente, a doutrina classifica as ações penais como privadas, públicas incondicionadas, públicas condicionadas e privadas subsidiária da pública. Os princípios aplicáveis às ações exclusivamente privadas são:

- oportunidade, disponibilidade e indivisibilidade.
- obrigatoriedade, indisponibilidade e indivisibilidade.
- oportunidade, indisponibilidade e divisibilidade.
- oportunidade, disponibilidade e divisibilidade.
- obrigatoriedade, disponibilidade e divisibilidade.

39. (UFG/TJ/GO/Analista/2017) A composição dos danos civis será reduzida a escrito, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível e terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente. Tratando-se de ação penal, uma consequência desse dispositivo é que:

- se for pública, incondicionada, fica derogado o princípio da obrigatoriedade da jurisdição.
- se for privada, exclusivamente, a não aceitação da composição implica aceitação de responsabilização pela autoria da infração penal.
- se for de iniciativa privada, ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.
- se for pública, condicionada à representação, o acordo homologado acarreta renúncia ao direito de queixa ou de representação em relação ao crime conexo também de competência do juízo especial.
- se for pública, condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa, mas não ao de representação.

40. (IBFC/TJ/PE/Analista/2017) Sobre a ação penal privada, analise os itens abaixo.

- I. A ação penal privada é uma modalidade de procedimento criminal cuja iniciativa é de exclusividade da vítima por meio do oferecimento de Queixa-crime. É observável apenas quando do cometimento de crimes contra a honra e dignidade sexual.
- II. Ocorrerá a perempção do direito de ação quando o querelante se abster de fazer pedido condenatório na exordial acusatória.
- III. Na hipótese de falecimento do ofendido, terão legitimidade para propor a ação penal privada o cônjuge da vítima, seus ascendentes, descendentes e irmãos, nesta ordem.
- IV. O prazo para o exercício do direito de Queixa é de 6 (seis) meses, contados da data de consumação do delito.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I e II estão corretos.
- b) Apenas I e IV estão corretos.
- c) Apenas II e III estão corretos.
- d) Apenas II e IV estão incorretos.
- e) I, II, III e IV estão corretos.

41. (UFG/TJ/GO/Analista/2017) Após oferecida uma denúncia ou queixa, ela será reduzida a termo, entregando-se cópia ao acusado, que com ela ficará citado e imediatamente cientificado da designação de dia e hora para a audiência de instrução e julgamento. Dela também tomarão ciência o Ministério Público, o ofendido, o responsável civil e seus advogados. Essa intimação far-se-á por meio de:

- a) ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado, constando a desnecessidade de seu comparecimento e de seu advogado.
- b) ciência das testemunhas arroladas e intimadas com a advertência de que, em caso de sua falta, ser-lhe-á designado defensor público.
- c) correspondência, com aviso de recebimento pessoal ou, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção.
- d) ciência das partes, dos interessados, dos defensores, sendo necessária, ainda, sua intimação nos termos da lei.
- e) intimação por edital para que compareçam à audiência de instrução e julgamento.

42. (UFG/TJ/GO/Analista/2017) A sentença no juizado especial criminal, dispensado o relatório, mencionará os elementos de convicção do Juiz, a saber: da decisão de rejeição da denúncia ou queixa. Em caso de sentença caberá:

- a) apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- b) recurso em sentido estrito, que poderá ser julgado por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- c) agravo de instrumento, que poderá ser julgado por turma composta de sete Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- d) apelação, que poderá ser julgada por turma composta de cinco Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- e) recurso em sentido estrito, que poderá ser julgado por turma composta de cinco Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

43. (Faurgs/TJ/RS/Analista/2017) Em se tratando da ação penal, é correto afirmar que:

- a) nas ações penais de natureza pública condicionada à representação, a vítima poderá retratar-se da representação a qualquer tempo, desde que não tenha sido proferida sentença de mérito no processo.
- b) a ação penal privada subsidiária poderá ser intentada nos casos de ação penal pública, inclusive quando houver pedido de arquivamento do inquérito policial pelo órgão acusatório.
- c) nas ações penais de natureza pública incondicionada, quando do oferecimento da denúncia, o Ministério Público deverá expor sinteticamente o fato criminoso, bem como indicar a qualificação do acusado, podendo complementar a peça acusatória ou apresentar rol de testemunhas no prazo de 15 dias.
- d) nas ações penais públicas incondicionadas, o inquérito policial é elemento indispensável para a propositura da denúncia, não se admitindo que o Ministério Público faça uso de outros meios de informação para sustentar o oferecimento da acusação.
- e) nas ações penais privadas movidas mediante queixa, havendo pluralidade de autores, a queixa não poderá ser movida de forma seletiva contra apenas alguns desses autores, sendo que a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a qualquer um deles, aproveitará a todos.

44. (IBFC/TJ/PE/Analista/2017) A ação penal pública é de iniciativa exclusiva do Ministério Público e tem por objetivo dar concretude ao jus puniendi estatal. Acerca dessa modalidade de ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) O prazo para oferecimento da denúncia é de 5 (cinco) dias, caso o acusado esteja preso, e de 20 (vinte) dias se estiver em liberdade.
- b) O Ministério Público poderá dispor da ação penal, podendo dela desistir sempre que achar adequado à defesa da coletividade, independentemente do eventual crime praticado pelo acusado.
- c) Quando do oferecimento da denúncia é imprescindível a qualificação do acusado.
- d) O direito de representação somente poderá ser exercido pessoalmente, vedada a sua realização por meio de procurador.
- e) Caberá ao Ministro da Justiça apresentar requisição para o prosseguimento de ação penal pública nos casos previstos em lei em que se verifica o cometimento de crimes em face do Presidente da República. A requisição é ato administrativo irrevogável e não há prazo legal para a sua apresentação.

45. (UFG/TJ/GO/Analista/2017) Conforme dispõe expressamente o Código de Processo Penal, o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de:

- a) 3 dias.
- b) 5 dias.
- c) 7 dias.
- d) 10 dias.
- e) 15 dias.

46. (UFMT/TJ/MT/Analista/2016) Sobre a ação civil, assinale a afirmativa incorreta:

- a) A ação de ressarcimento de danos poderá ser proposta no juízo cível contra o autor do crime e, se for o caso, contra o responsável civil.
- b) A decisão que julgar extinta a punibilidade não impedirá a propositura da ação civil.
- c) O despacho de arquivamento do inquérito não impedirá a propositura da ação civil.

- d) Intentada a ação penal, o juiz da ação civil não poderá suspender o curso desta até o julgamento definitivo daquela.

47. (Faurgs/TJ/RS/Analista/2016) Sobre ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) Nas ações penais privadas subsidiárias das públicas, o prazo decadencial para oferecimento da queixa-crime inicia-se a partir da data em que o promotor de justiça recebeu o inquérito policial relatado com o indiciamento do suposto autor do fato.
- b) O prazo para oferecimento da queixa-crime pelo ofendido prescreverá se não exercido dentro do prazo de 6 (seis) meses, contados do dia em que se tomar conhecimento da autoria do delito.
- c) A representação exige termo específico em que a vítima, representada por procurador com poderes especiais, declara expressamente que deseja representar contra o autor do fato.
- d) Nas ações penais privadas e públicas, aplica-se o princípio da indivisibilidade e da indisponibilidade da ação penal.
- e) Qualquer pessoa poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba ação penal pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações.

48. (Cespe/TJ/DFT/Analista/2015) Paulo e Jean foram denunciados pela prática do crime de furto de joias, praticado contra Maria, tia sexagenária de Paulo. A subtração foi facilitada pelo fato de Paulo residir com a vítima. Quando da citação, Paulo não foi encontrado no novo endereço que havia fornecido na fase do inquérito, tendo sido o mandado entregue a outro morador, que se comprometeu a entregá-lo ao destinatário. Jean, que retornou para a França, seu país de origem, havia fornecido seu endereço completo ao delegado. Em razão do parentesco de Paulo e Maria, assim como do fato de ambos residirem juntos, é correto afirmar que se tratou de ação penal pública condicionada à representação da vítima.

4. DA COMPETÊNCIA

SÚMULAS

1) Competência por Prerrogativa de Função

STF Súm. Vinculante 45. A competência constitucional do tribunal do júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.

STF Súm. 451. A competência especial por prerrogativa de função não se estende ao crime cometido após a cessação definitiva do exercício funcional.

STF Súm. 702. A competência do tribunal de justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau.

STF Súm. 703. A extinção do mandato do prefeito não impede a instauração de processo pela prática dos crimes previstos no art. 1º do DL 201/67.

STF Súm. 704. Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

STJ Súm. 164. O prefeito municipal, após a extinção do mandato, continua sujeito a processo por crime previsto no art. 1º do Decreto-lei n. 201, de 27.2.67.

STJ Súm. 208. Compete à justiça federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal.

STJ Súm. 209. Compete à justiça estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.

2) Conflito de Competência entre Justiça Comum e Justiça Militar

STF Súm. 555. É competente o tribunal de justiça para julgar conflito de jurisdição entre juiz de direito do Estado e a justiça militar local.

STJ Súm. 53. Compete à justiça comum estadual processar e julgar civil acusado de prática de crime contra instituições militares estaduais.

STJ Súm. 78. Compete à justiça militar processar e julgar policial de corporação estadual, ainda que o delito tenha sido praticado em outra unidade federativa.

STJ Súm. 90. Compete à justiça estadual militar processar e julgar o policial militar pela prática do crime militar, e à comum pela prática do crime comum simultâneo àquele.

3) Conflito de Competência entre Justiça Federal e Justiça Estadual

STF Súm. Vinculante 36. Compete à justiça federal comum processar e julgar civil denunciado pelos crimes de falsificação e de uso de documento falso quando se tratar de falsificação da caderneta de inscrição e registro (CIR) ou de carteira de habilitação de amador (CHA), ainda que expedidas pela Marinha do Brasil.

STF Súm. 498. Compete à justiça dos Estados, em ambas as instâncias, o processo e o julgamento dos crimes contra a economia popular.

STF Súm. 522. Salvo ocorrência de tráfico com o exterior, quando, então, a competência será da justiça federal, compete à justiça dos Estados o processo e o julgamento dos crimes relativos a entorpecentes.

STJ Súm. 38. Compete à justiça estadual comum, na vigência da Constituição de 1988, o processo por contravenção penal, ainda que praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades.

STJ Súm. 42. Compete à justiça comum estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento.

STJ Súm. 62. Compete à justiça estadual processar e julgar o crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, atribuído a empresa privada.

STJ Súm. 73. A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da justiça estadual.

STJ Súm. 104. Compete à justiça estadual o processo e julgamento dos crimes de falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino.

STJ Súm. 107. Compete à justiça comum estadual processar e julgar crime de estelionato praticado mediante falsificação das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, quando não ocorrente lesão à autarquia federal.

STJ Súm. 122. Compete à justiça federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, "a", do Código de Processo Penal.

STJ Súm. 140. Compete à justiça comum estadual processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima.

STJ Súm. 147. Compete à justiça federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, quando relacionados com o exercício da função.

STJ Súm. 546. A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.

4) Competência pelo Lugar da Infração

STF Súm. 521. O foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local onde se deu a recusa do pagamento pelo sacado.

STJ Súm. 48. Compete ao juízo do local da obtenção da vantagem ilícita processar e julgar crime de estelionato cometido mediante falsificação de cheque.

STJ Súm. 200. O juízo federal competente para processar e julgar acusado de crime de uso de passaporte falso é o do lugar onde o delito se consumou.

STJ Súm. 244. Compete ao foro do local da recusa processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos.

5) Temas Esparsos

STF Súm. 603. A competência para o processo e julgamento de latrocínio é do juízo singular e não do tribunal do júri.

STJ Súm. 59. Não há conflito de competência se já existe sentença com trânsito em julgado, proferida por um dos juízos conflitantes.

STJ Súm. 151. A competência para o processo e julgamento por crime de contrabando ou descaminho define-se pela prevenção do juízo federal do lugar da apreensão dos bens.

STJ Súm. 165. Compete à justiça federal processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.

INFORMATIVOS

STF Atos criminosos de 8.1.2023: competência jurisdicional do STF, crimes multitudinários e curso material de crimes contra as instituições democráticas. Compete ao STF processar e julgar ação penal ajuizada contra civis e militares não detentores de foro privilegiado quando existir evidente conexão entre as suas condutas e as apuradas no âmbito mais abrangente de procedimentos em trâmite na Corte que envolvam investigados com prerrogativa de foro. No contexto dos crimes multitudinários (de multidão ou de autoria coletiva), e levando-se em consideração a responsabilidade penal subjetiva, todos os agentes respondem pelos resultados lesivos aos bens jurídicos. É possível o curso material pela prática dos crimes de abolição violenta do estado democrático de direito (CP, art. 359-L) e de golpe de Estado (CP, art. 359-M), na medida em que são delitos autônomos e que demandam “animus” distintos do sujeito ativo. *AP 1060, 14.9.2023. Pleno. Inf 1108.*

STF EC 45/2004: incidente de deslocamento de competência nas hipóteses de grave violação de direitos humanos. É constitucional – por não afrontar a forma federativa de Estado e os direitos e as garantias individuais – o art. 1º da EC 45/2004, no que se refere à criação do incidente de deslocamento de competência (IDC) para a Justiça Federal, nas hipóteses de grave violação de direitos humanos (inclusão do inciso V-A e do § 5º ao art. 109 da CF). A aplicabilidade do IDC é imediata, atribuindo-se ao Procurador-Geral da República a responsabilidade de verificar a ocorrência de grave violação dos direitos humanos, previstos em instrumentos normativos internacionais, sem o intermédio de uma legislação de regência. *ADI 3493, Pleno, 11.9.2023. Inf 1107.*

STJ Incidente de deslocamento de competência (IDC). Deferimento parcial. Art. 109, § 5º, da CF. Medida constitucional excepcional. Requisitos cumulativos. Presença. Conflito agrário em Rondônia. Grave violação a direitos humanos. Ineficácia das instâncias locais e risco de responsabilização internacional. A Terceira Seção deferiu, parcialmente, o incidente de deslocamento de competência para que a investigação, o processamento e o julgamento dos mandantes, intermediários e executores dos assassinatos de vítimas, em sua maioria, lideranças de movimentos em prol dos trabalhadores rurais, e responsáveis por denúncias de grilagem de terras e de extração ilegal de madeira, ocorridos em contexto de conflito agrário instalado no Estado de Rondônia, sejam deslocados para o âmbito da Justiça Federal daquele Estado. *IDC 22, 3ª Seção, 25.8.2023. Inf 790.*

STJ Concussão. Parlamentar Federal. Solução de continuidade entre os cargos. Foro por prerrogativa de função. Cessação. Havendo solução de continuidade entre os mandatos, não exercidos de maneira ininterrupta, cessa o foro por prerrogativa de função referente a atos praticados durante o primeiro mandato. *AgRg no RHC 182049, 5ª T, 16.8.2023. Inf 785.*

STJ Competência originária. Foro por prerrogativa de função dos Conselheiros de Tribunais de Contas. Previsão constitucional de identidade de garantias e prerrogativas com os membros da magistratura. Primeira fase da operação. Desnecessidade de a infração penal guardar relação com o cargo de desembargador. Entendimento firmado pelo STJ na QO na APn 878. Aplicabilidade aos conselheiros. As mesmas garantias e prerrogativas outorgadas aos Desembargadores dos Tribunais de Justiça devem ser estendidas aos Conselheiros estaduais e distritais, no que se inclui o reconhecimento do foro por prerrogativa de função durante o exercício do cargo, haja, ou não, relação de causalidade entre a infração penal e o cargo. *Proc. segredo justiça, Corte Especial, 16.8.2023. Inf 783.*

STJ Tráfico doméstico de entorpecentes a bordo de aeronave. Droga apreendida no solo. Competência da Justiça Estadual. Nos delitos de tráfico de entorpecentes interestadual ocorrido em aeronave, e uma vez apreendida a droga em solo, a competência para o julgamento da ação penal será da Justiça Estadual. *AgRg no HC 691423, 5ª T, 14.6.2022. Inf 7E.*

STJ Conflito negativo de competência. Ação penal em estágio avançado na justiça estadual. Instrução encerrada. Declinação de competência para justiça federal. Indícios insuficientes para deflagrar a ação penal quanto aos crimes de evasão de divisas e lavagem transnacional. Circunstância apta a obstar o deslocamento da ação por força da regra de conexão (Súm. 122/STJ). Manutenção do desmembramento. Competência do juízo estadual para julgar os crimes estaduais. A reunião dos feitos por força de conexão não ostenta natureza absoluta, sendo adequado excepcionar a sua incidência na hipótese em que a aplicação ensejaria um atraso na tramitação de ação em estágio avançado (instrução encerrada). *CC 190445, 3ª S, 30.9.2022. Inf 10E.*

STJ Tentativa de homicídio. Militares contra civil. Inquérito policial militar. Arquivamento pela justiça castrense. Excludentes de ilicitude. Verificação. Competência da Justiça Comum Estadual. Não é da competência do juiz militar determinar o arquivamento do inquérito que investiga fato que possa ter adequação típica de

crime doloso contra a vida praticado por militar contra civil, ainda que sua conclusão aponte para a presença de excludente de ilicitude de legítima defesa e/ou do estrito cumprimento do dever legal. *AgRg nos EDcl no REsp 1961504, 5ª T, 27.6.2022. Inf 7E.*

STJ Estelionato. Uso de imagens de documentos federais para induzir a vítima em erro. Inexistência de prejuízo a interesses, serviços ou bens da União. Conflito conhecido para declarar a competência da Justiça Estadual. Crime praticado mediante depósito bancário. Superveniência da Lei 14.155/21. Competência do juízo do domicílio da vítima. A competência para o julgamento do crime de estelionato, ainda que se tenha utilizado de imagens digitais adulteradas de passaporte válido de terceiro e documentos emitidos por órgão públicos federais, quando inexistente evidência de prejuízo a interesses, bens ou serviços da União, é da Justiça Estadual, devendo ser respeitada a regra de foro do domicílio da vítima no caso de o crime ser praticado mediante depósito, transferência de valores ou cheque sem provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado. *CC 178697, 3ª S, 27.6.2022. Inf 7E.*

STJ Conflito de competência. Inserção de dados falsos em sistema de dados federais. Ausência de indicação de ofensa a interesse direto e específico da União ou de suas autarquias. Competência da Justiça comum estadual. A inserção de dados falsos em sistema de dados federais não fixa, por si só, a competência da Justiça Federal, a qual somente é atraída quando houver ofensa direta a bens, serviços ou interesses da União ou órgão federal. *AgRg no CC 193250, 3ª S, 29.5.2023. Inf 780.*

STJ Conflito negativo de competência. Organização criminosa. Produção de medicamentos sem registro no órgão competente. Art. 273, §§ 1º e 1º-B, I, III e V, CP. Transnacionalidade. Existência de indícios concretos. Competência federal. Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes de produção de medicamentos sem registro no órgão competente, mesmo na ausência de prova incontestável sobre a transnacionalidade das condutas, contanto que haja indícios concretos de que as matérias-primas foram adquiridas do exterior. *CC 188135, 3ª S, 23.2.2023. Inf 779.*

STJ Conflito negativo de competência. Homicídios qualificado, consumado e tentado. Contrabando. Conexão instrumental. Delitos dolosos contra a vida praticados para assegurar a impunidade em crime contra a administração. Interesse federal específico. Competência do Tribunal do Júri Federal. “Overruling” da orientação firmada no CC 153306. Compete ao Tribunal do Júri Federal julgar causa na qual há demonstração de interesse federal específico em relação ao crime doloso contra a vida, ou quando há conexão deste com crime federal. *CC 194981, 3ª S, 24.5.2023. Inf 778.*

STJ Prerrogativa de foro. Condutas supostamente praticadas na condição de vice-governador. Agente atualmente governador. Crime comum. Competência do STJ. Compete ao STJ, para os fins preconizados pela regra do foro por prerrogativa de função, processar e julgar governador em exercício que deixou o cargo de vice-governador durante o mesmo mandato, quando os fatos imputados digam respeito ao exercício das funções no âmbito do Poder Executivo estadual. *QO no AgRg na APn 973, Corte Especial, 3.5.2023. Inf 775.*

STJ Estupro de vulnerável. Art. 23, par. único, da Lei 13.431/17. Ausência de vara especializada em crimes contra criança e adolescente. Questão apreciada pela 3ª Seção do STJ no julgamento do HC 728173 e do EAREsp 2099532. Competência do Juizado de Violência Doméstica, independentemente do sexo da vítima, da motivação do crime e das circunstâncias do fato. Modulação da tese adotada. Tratando-se de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP) e não havendo na localidade Vara especializada em delitos contra criança e adolescente, as ações penais distribuídas até 30.11.2022 tramitarão nas Varas às quais foram distribuídas originalmente ou após determinação definitiva do Tribunal local ou superior. *Proc. segredo justiça, 6ª T, 24.4.2023. Inf 773.*

STJ Roubo praticado contra adolescente. Art. 85 do Regimento Interno do TJBA. Competência. Vara especializada. Incompetência da Vara comum. Aproveitamento dos atos já praticados. Possibilidade. Ratificação pelo juízo competente. Havendo juízo especializado para apurar e julgar crimes praticados contra criança e adolescente, é este o competente independentemente do tipo de crime. *HC 807617, 5ª T, 18.4.2023. Inf 773.*

STJ Falsidade ideológica. Emissão de Registro Administrativo de Nascimento de Indígena – RANI. Crime em detrimento de autarquia federal (FUNAI). Aplicação analógica da Súm. 546/STJ. Conduta que buscava inscrição indevida em programa de transferência de renda custeada pelo Tesouro Nacional. Bolsa Família. Interesse da União. Competência da Justiça Federal. Compete à Justiça Federal o julgamento de crime de falsidade ideológica, consistente no fornecimento de informação inverídica a servidor da Funai, para fins de emissão de Registro Administrativo de Nascimento de Indígena – RANI. *CC 193369, 3ª S, 7.3.2023. Inf 76E.*

STJ Estupro de vulnerável. Vítima do sexo masculino. Competência para julgar crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes. Art. 23, caput e par.

ún., da Lei 13.431/17. Criação de varas especializadas. Competência subsidiária dos juizados/varas de violência doméstica. Tramitação em vara criminal comum apenas na ausência da jurisdição especializada. Questões de gênero. Irrelevância. Proteção integral e absoluta prioridade. A partir da entrada em vigor da Lei 13.431/17, nas comarcas em que não houver vara especializada em crimes contra criança e adolescente, compete à vara especializada em violência doméstica julgar as ações penais que apurem crimes envolvendo violência contra crianças e adolescentes, independentemente de considerações acerca do sexo da vítima ou da motivação da violência, ressalvada a modulação de efeitos realizada no julgamento do EAREsp 2099532. *Proc. segredo justiça, 6ª T, 14.2.2023. Inf 765.*

STJ Estelionato. Fundo estrangeiro. Exceção à regra de competência fixada pelo CPP. Atos praticados em território nacional. Melhor colheita das provas e da efetivação da defesa dos denunciados. Inexistência de prejuízo a interesses, serviços ou bens da União. Competência da Justiça estadual. Compete ao juízo estadual processar e julgar crime de estelionato contra fundo estrangeiro no qual os atos desenvolvidos foram praticados em território nacional, ainda que diverso o domicílio de sócio lesado. *AgRg no CC 192274, 3ª S, 10.3.2023. Inf 775.*

STJ Crime praticado por policial militar. Conduta fora do horário de serviço, sem farda e em ação dissociada de suas atribuições funcionais. Competência da Justiça Comum. A Justiça Militar é incompetente para processar e julgar crime cometido por policial militar que, ainda que esteja na ativa, pratica a conduta ilícita fora do horário de serviço, em contexto dissociado do exercício regular de sua função e em lugar não vinculado à Administração Militar. *HC 764059, 5ª T, 7.2.2023. Inf 763.*

STJ Crime de falsificação de documento público. Identidades funcionais do Poder Judiciário da União. Documento expedido pela Administração Pública Federal. Art. 4º da Lei 12.774/12. Ofensa à fé pública e à presunção de veracidade. Interesse direto da União. Competência da Justiça Federal. Compete à Justiça Federal processar e julgar o crime de falsificação de documento público, consistente na falsificação de identidades funcionais do Poder Judiciário da União. *CC 192033, 3ª S, 19.12.2022. Inf 763.*

STJ Foro por prerrogativa de função. Art. 105, I, a, da CF. Superveniente aposentadoria compulsória. Competência do STJ. Cessação. A superveniente aposentadoria da autoridade detentora do foro por prerrogativa de função cessa a competência do STJ para o processamento e julgamento do feito. *Proc. segredo justiça, Corte Especial, 16.12.2022. Inf 762.*

STJ Crimes no mesmo contexto fático. Mera descoberta fortuita. Ausência de conexão intersubjetiva. Identidade de modus operandi. Insuficiência para o reconhecimento da conexão nos termos do art. 76 do CPP. A verificação dos crimes no mesmo contexto fático configura mera descoberta fortuita e não implica, necessariamente, conexão probatória ou teleológica entre eles. *AgRg no AgRg no RHC 161096, 5ª T, 17.10.2022. Inf 761.*

STJ Homofobia. Racismo em sua dimensão social. Conteúdo divulgado no Facebook e no Youtube. Abrangência internacional. Competência da Justiça Federal. Compete à Justiça Federal processar e julgar o conteúdo de falas de suposto cunho homofóbico divulgadas na internet, em perfis abertos da rede social Facebook e na plataforma de compartilhamento de vídeos Youtube, ambos de abrangência internacional. *CC 191970, 3ª S, 14.12.2022. Inf 761.*

QUESTÕES DISCURSIVAS

4. (FGV/TJ/RJ/Analista/2014) No dia 13 de novembro de 2014, Eduardo, Matheus e Francisco, unidos em ações e desígnios, praticaram um crime de roubo na cidade de Niterói. Dirigiram-se, então, a São Gonçalo, onde praticaram dois furtos qualificados, fato este presenciado por policiais militares, que conseguiram deter apenas Eduardo, com os demais agentes empreendendo fuga. A prisão em flagrante de Eduardo foi devidamente convertida em preventiva. O Ministério Público apresentou denúncia, perante o Juízo competente, pela prática em conexão dos crimes dos artigos 157, § 2º, inciso II (pena: 4 a 10 anos de reclusão, aumentada de 1/3 a 1/2 e multa); e 155, § 4º, inciso IV – 2 vezes – (pena: 2 a 8 anos de reclusão e multa), todos do Código Penal. Recebida a denúncia, determinou o magistrado que fossem os réus citados para apresentação de resposta à acusação, designando, desde já, data para audiência. Compareceu o Executor de Mandados no dia 24 de novembro aos endereços indicados nos autos como sendo os de Matheus e Francisco e, como os denunciados não foram encontrados naquela oportunidade, certificou que estavam em

local incerto e não sabido. Diante disso, foi realizada a citação destes dois réus por edital. Passado o prazo fixado no edital publicado sem comparecimento dos denunciados ou constituição de advogado, o juiz suspendeu o processo e o curso do prazo prescricional em relação a estes dois acusados, inclusive determinando a produção antecipada de provas. Dois meses após esta decisão, o processo voltou a correr normalmente em face de Matheus, pois foi descoberto que desde o dia 16 de novembro de 2014 ele estava preso no Estado do Rio de Janeiro pela prática de novo crime de roubo. Por sua vez, o acusado Eduardo foi requisitado para o dia da audiência designada, somente sendo citado, porém, no início deste ato da instrução, com apresentação de resposta à acusação oral pela Defensoria. Em alegações finais, a Defensoria Pública alegou a nulidade absoluta da citação de Eduardo, pois realizada no dia de seu interrogatório. Sobre essa situação hipotética, responda: (i) Qual o juízo territorialmente competente para julgar os crimes praticados em conexão pelos réus? Justifique a resposta. (ii) Quais as principais espécies de citação previstas no Código de Processo Penal? Justifique a resposta. (iii) Os atos citatórios de Matheus, Francisco e Eduardo foram válidos? Justifique a resposta.

QUESTÕES OBJETIVAS

49. (UFG/TJ/GO/Analista/2023) Leia o caso a seguir. A. T. é deputado federal pelo Estado de Goiás, motivo pelo qual a Constituição Federal lhe assegura foro por prerrogativa de função no STF. No ano anterior à sua diplomação, durante a festa de ano novo, na cidade de Salvador/BA, A. T., por ciúmes de sua namorada, entrou em uma briga com G. C., desferindo golpes de arma branca não identificada, o que leva G. C. a óbito. Dessa forma, o foro competente para conhecer e julgar o crime será:

- o Tribunal de Justiça de Goiás.
- o Tribunal de Justiça da Bahia.
- o STF.
- o Tribunal do Júri da Comarca de Salvador/BA.
- o Tribunal do Júri da Comarca de Goiânia/GO.

50. (UFG/TJ/GO/Analista/2023) Leia o caso a seguir. S. E., aposentado, sofreu estelionato. No dia 25 de abril de 2023, depositou o valor de R\$ 1.000,00 em conta corrente do estelionatário, localizada na agência bancária do Município X, fato autorizado pela instituição bancária, com sede no Município Y. Sendo morador do Município Z, S.E. procura a Delegacia Especializada em Fraudes da cidade, em que narrou os fatos. Considerando os critérios para fixação de competência, será competente o juízo criminal da comarca do Município:

- Z, uma vez que a competência para julgar o crime de estelionato praticado mediante transferências de valores é o do domicílio da vítima.
- X, uma vez que a competência é definida pela regra geral do lugar onde aconteceu o efetivo prejuízo da vítima, ou seja, no momento do apossamento da vantagem ilícita pelo estelionatário.
- Y, considerando o fato de que a instituição bancária é quem será considerada a vítima, uma vez que terá que ressarcir o dano sofrido por S.E.
- Y, uma vez que o foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade de transferência de valores, é o do local onde se deu autorização do pagamento.
- X, uma vez que a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.

51. (FGV/TJ/BA/Analista/2023) Tício, senador da República, retornou ao seu Estado de origem durante o recesso parlamentar. Após participar de um evento em sua residência e mesmo estando

com a capacidade psicomotora alterada, em razão da ingestão de bebidas alcoólicas, Tício resolve ir embora na condução de um automóvel, vindo a ser parado em uma blitz da lei seca. Considerando a jurisprudência dominante do STF e as disposições do Código de Processo Penal, Tício será processado e julgado perante o:

- juízo de 1ª instância da Justiça Federal, em razão da ausência do requisito da contemporaneidade inerente ao foro por prerrogativa de função.
- juízo de 1ª instância da Justiça Federal, em razão da ausência do requisito da pertinência temática inerente ao foro por prerrogativa de função.
- juízo de 1ª instância da Justiça Estadual, em razão da ausência do requisito da pertinência temática inerente ao foro por prerrogativa de função.
- STJ, em razão do foro por prerrogativa de função.
- STF, em razão do foro por prerrogativa de função.

52. (FGV/TJ/RN/Analista/2023) Joana, residente e domiciliada em Niterói/RJ, interessada na aquisição de uma raquete de tênis, encontra, nas redes sociais, a propaganda da sociedade empresária XYZ, localizada em Natal/RN. Joana fica muito interessada, considerando o desconto oferecido pela entidade para a compra de uma raquete de tênis da última geração. Dessa forma, Joana, em março de 2023, acaba por realizar uma transferência bancária para uma conta com registro em agência situada em Porto Alegre/RS. Posteriormente, a particular percebe que foi vítima de um crime de estelionato. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que a competência para o processo e julgamento do crime de estelionato é de uma das Varas Criminais de:

- Natal/RN, local da sede da sociedade empresária XYZ ou Porto Alegre/RS, local da conta beneficiada pela transferência bancária.
- Niterói/RJ, local do domicílio da vítima, ou Natal/RN, local da sede da sociedade empresária XYZ.
- Porto Alegre/RS, local da conta beneficiada pela transferência bancária.
- Natal/RN, local da sede da sociedade empresária XYZ.
- Niterói/RJ, local do domicílio da vítima.

53. (Cespe/TJ/ES/Analista/2023) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, quando houver o concurso entre a jurisdição comum e a militar, e separação dos processos, se for entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.

54. (FGV/TJ/DFT/Analista/2022) Determinado casal de namorados realiza o grande sonho de uma viagem internacional para a Flórida, destino em que deliberam pela visita dos parques de diversões. No entanto, se inicia acalorada discussão sobre qual grupo detém os melhores parques, o que ocasiona uma ruptura da relação e o retorno da mulher ao Brasil. Ao chegar a sua cidade natal, Niterói/RJ, e acessar suas redes sociais, constata diversas manifestações do seu ex-namorado, nos grupos de Facebook que ambos subscrevem, com várias ameaças direcionadas a ela, com ênfase na ideia de que, por ser sua mulher, deveria concordar com seus gostos e preferências, e, caso insistisse em manter a preferência pelo parque rival, ela sofreria retaliação, consistente na depredação de qualquer item pessoal que ostentasse qualquer símbolo alusivo aos parques ou personagens concorrentes. O homem permaneceu nos Estados Unidos da América, afirmando, ainda, que aguardava o imediato retorno da mulher. Diante desse cenário, é correto afirmar que a competência para o processo e julgamento do delito praticado é da:

- Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

- Justiça Estadual no Rio de Janeiro.
- Justiça Federal do Distrito Federal.
- Justiça Federal em Niterói.
- Justiça Federal no Rio de Janeiro.

55. (FGV/TJ/RO/Analista/2021) Nos crimes previstos no art. 171 do Código Penal, a partir de junho de 2021, quando praticados mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, a competência será definida, no caso de vítima única:

- pela prevenção.
- pelo local da ação.
- pelo local da consumação.
- pelo domicílio do réu.
- pelo domicílio da vítima.

56. (FCC/TJ/MA/Analista/2019) Sobre a competência no processo penal é correto afirmar:

- Será determinada, de regra, pelo domicílio ou residência do réu.
- É vedado ao Tribunal do Júri o julgamento de crimes patrimoniais.
- Será determinada pela conexão quando a prova de uma infração influir na prova de outra.
- No concurso entre a jurisdição comum e a militar, prevalece a última para o processamento conjunto e unitário.
- É determinada pela continência quando houver mais de um juiz igualmente competente para o caso.

57. (TJ/PR/Analista/2019) Acerca da competência pelo lugar da infração, prevista no Decreto-Lei 3.689/1941 (Código de Processo Penal), julgue os itens a seguir:

- A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumir a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for dado início ao primeiro ato de execução.
- Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no exterior, o último ato de execução.
- Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

Estão corretas as seguintes alternativas:

- I, II e III, apenas.
- I, III e IV, apenas.
- II e IV, apenas.
- II, III e IV, apenas.

58. (FGV/TJ/AL/Analista/2018) Hugo e Luiz praticaram uma mesma infração penal, mas foram denunciados em processos distintos. Por outro lado, Paulo, policial militar, praticou dois crimes, o primeiro que seria de competência da Justiça Comum e o segundo que seria da Justiça Militar, sendo que este foi praticado para ocultar e garantir a impunidade em relação àquele. Considerando apenas as informações narradas, haverá reunião entre os processos de Hugo e Luiz em razão da relação de:

- continência, enquanto haverá conexão entre as duas infrações penais praticadas por Paulo, apesar de ser necessária a separação dos processos da Justiça Militar e da Justiça Comum.

- b) conexão, enquanto haverá continência entre as duas infrações penais praticadas por Paulo, razão pela qual essas deverão ser reunidas para julgamento conjunto.
- c) continência, assim como entre as duas infrações penais praticadas por Paulo, apesar de ser necessária a separação dos processos da Justiça Militar e da Justiça Comum.
- d) conexão, assim como entre as duas infrações penais praticadas por Paulo, apesar de ser necessária a separação dos processos da Justiça Militar e da Justiça Comum.
- e) continência, enquanto haverá conexão entre as duas infrações penais praticadas por Paulo, razão pela qual essas devem ser reunidas para julgamento conjunto.

59. (FGV/TJ/AL/Analista/2018) Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ofereceu queixa-crime em face de João, perante Vara Criminal da Comarca de Maceió, imputando-lhe a prática do crime de calúnia com causa de aumento, já que João ter-lhe-ia imputado, nesta comarca, falsamente, fato definido como crime de ação penal pública, para demonstrar que o crime efetivamente foi praticado pelo Desembargador, na presença de diversas pessoas. Ao tomar conhecimento da queixa, João, querelado, apresenta exceção da verdade, que é recebida e processada pelo órgão competente. Considerando apenas as informações narradas no enunciado, o julgamento da exceção da verdade será de competência do(a):

- a) STF.
- b) STJ.
- c) Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- d) Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.
- e) Vara Criminal da Comarca de Maceió.

60. (FGV/TJ/SC/Analista/2018) Vânia, analista judiciária que trabalhava com a juíza do Tribunal do Júri do Tribunal de Justiça de Florianópolis, recebeu, para análise, duas ações penais logo após o oferecimento da denúncia por parte do Ministério Público. Na primeira, imputava-se o crime de infanticídio à Defensora Pública Estadual Ana, que teria praticado o fato em Florianópolis. Na segunda, imputava-se o crime de homicídio doloso qualificado ao juiz de direito Tício, delito esse que seria relacionado ao cargo. Tício atuava junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, na Comarca de Blumenau/SC, mas o fato teria ocorrido no Paraná. Ao receber os procedimentos, Vânia verifica que a Constituição Estadual do Estado de Santa Catarina prevê foro por prerrogativa de função aos Defensores Públicos do Estado, que devem ser julgados pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Com base na situação hipotética narrada, ao analisar o procedimento, Vânia deveria verificar que o juízo em que atuava:

- a) não era competente para processar ambas as ações penais, pois deveria a denúncia em desfavor de Ana ser oferecida perante o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e a denúncia em desfavor de Tício, perante o Tribunal de Justiça do Paraná.
- b) era competente para processamento da ação penal em desfavor de Ana, mas não em desfavor de Tício, que deveria ter sido denunciado perante o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.
- c) era competente para processamento da ação penal em desfavor de Ana, mas não em desfavor de Tício, que deveria ter sido denunciado perante o Tribunal de Justiça do Paraná.
- d) não era competente para processar ambas as ações penais, pois deveriam as denúncias ser oferecidas perante o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.
- e) era competente para processar as duas ações penais propostas em desfavor de Ana e Tício.

61. (IBFC/TJ/PE/Analista/2017) Para o processamento de uma demanda criminal é essencial o respeito incondicional às normas de competência, fato que enseja a aplicação do princípio do juiz natural no caso concreto. A respeito do tema, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz criminal estadual é a autoridade competente para julgamento de crime cometido no interior de aeronave estacionada em área sob sua jurisdição.
- b) Caberá ao STF o processamento e julgamento de demanda criminal em que figura como réu Governador de Estado.
- c) Compete à Justiça Federal o julgamento de todos os crimes cometidos por estrangeiros.
- d) O STJ é o órgão competente para homologar a sentença penal condenatória expedida no estrangeiro.
- e) Os Tribunais Regionais Federais são responsáveis pelo julgamento dos membros dos Ministérios Públicos dos respectivos Estados em que estiverem instalados.

62. (UFG/TJ/GO/Analista/2017) Dispõe o Código de Processo Penal, expressamente, que, tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela:

- a) residência do réu.
- b) conexão.
- c) continência.
- d) prevenção.
- e) distribuição.

63. (Faurgs/TJ/RS/Analista/2016) Sobre a competência no processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) No crime tentado, a competência é definida pelo local onde a conduta deveria produzir seu resultado.
- b) Nos crimes de competência originária do Tribunal do Júri, se o juiz da pronúncia entender pela desclassificação do fato para crime menos grave e de competência diversa, deverá prontamente julgar o acusado, em respeito ao princípio da celeridade processual.
- c) Nos casos em que houver a concorrência de dois ou mais juízes igualmente competentes, a competência será definida pela prevenção, considerando-se competente o juiz que primeiramente praticar algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que em momento anterior ao oferecimento da denúncia ou queixa.
- d) A conexão entre diversos fatos criminosos praticados por uma pluralidade de agentes implica a unidade de processo e julgamento. Assim, se algum dos acusados gozar de prerrogativa de função, a competência em relação a todos os réus será do órgão julgador de maior hierarquia, não sendo admitida a separação dos processos.
- e) Independentemente dos bens jurídicos afetados, os crimes praticados por Prefeitos Municipais serão julgados, originalmente, pelo Tribunal de Justiça do respectivo estado, ainda que, por ocasião do julgamento, já se tenha encerrado o exercício do mandato eletivo.

5. DAS QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

INFORMATIVOS

STJ | Aeronave apreendida. Utilização para transporte de droga em região de fronteira. Ausência de demonstração da origem lícita. Risco de perecimento, desvalorização ou dificuldade de manutenção. Alienação antecipada. Possibilidade. Art. 144-A do CPP. É possível alienação antecipada de bens que correm o risco de perecimento ou desvalorização, ou quando houver dificuldade para sua manutenção. *AgRg no RMS 68895, 5ª T, 9.3.2023. Inf 768.*

QUESTÕES OBJETIVAS

64. (Cespe/TJ/BA/Analista/2019) Constituem exceções peremptórias a exceção de:

- ilegitimidade “ad processum” e a exceção de incompetência absoluta.
- litispendência e a exceção de coisa julgada.
- suspeição e a exceção de litispendência.
- impedimento e a exceção de suspeição.
- incompetência e a exceção de impedimento.

65. (Vunesp/TJ/SC/Analista/2018) Mévio, de 19 anos, é acusado de ter praticado estupro de vulnerável, em detrimento da namorada de 13 anos. O inquérito policial foi instaurado a partir de Boletim de Ocorrência lavrado pelo avô da menor. A menor, ouvida pela Autoridade Policial, na presença do representante legal, afirmou namorar Mévio há 2 anos, tendo consentido na relação sexual. Mévio, que respondia à investigação, em liberdade, ao ser ouvido pela Autoridade Policial, fez afirmações completamente desconexas, chegando a dizer que manteve relação sexual com a menor porque não a poderia matar, enquanto pura. A Autoridade Policial relatou o inquérito policial e, desconfiada da integridade mental de Mévio, representou à Autoridade Judicial pela realização de exame médico-legal de sanidade. O Juízo competente determinou a realização do exame, nomeando curador a Mévio, tendo instaurado incidente de insanidade, em auto apartado. Atendendo solicitação dos Peritos, o Juízo determinou a internação de Mévio, em estabelecimento adequado, pelo prazo máximo de 45 dias, para fins de realização do exame. Antes de concluída a perícia-médica, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Mévio, pelo crime de estupro de vulnerável, que foi recebida pelo Juiz. Finalizado o exame, os peritos diagnosticaram Mévio como portador de doença comprometedora da sanidade mental, concluindo, no entanto, que ao tempo da prática do crime, ele possuía discernimento dos atos. Com base no laudo, o Juiz determinou o prosseguimento na ação penal, com a presença do curador nomeado. De ofício, em vista do resultado do exame, determinou a manutenção da internação de Mévio, até que ele se restabeleça. A respeito da situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- O incidente de insanidade mental do acusado não tem previsão na fase de inquérito. Equivocou-se o Juiz em determinar a realização de exame de sanidade mental em Mévio, antes que contra ele houvesse ação penal.
- A internação do acusado, para fins de realização do exame de sanidade mental, não tem previsão para acusado que responda à investigação ou à ação penal, em liberdade. Equivocou-se o Juiz, portanto, em determinar a internação de Mévio, para tal finalidade.
- Confirmada a doença do acusado, comprometedora da sanidade mental, sobrevinda à infração, a ação penal deve ser suspensa, até que o acusado se restabeleça. Equivocou-se o Juiz em determinar o prosseguimento da ação penal.
- A internação do acusado, constatada a doença comprometedora de sanidade mental em sede de exame médico-legal, depende de provocação do Ministério Público, assistente da acusação ou do curador do acusado. Equivocou-se o Juiz em determinar a internação de Mévio de ofício.
- O incidente de insanidade mental do acusado é processado no próprio auto do inquérito policial ou da ação penal. Equivocou-se o Juiz em processá-lo em auto apartado.

66. (Vunesp/TJ/SC/Analista/2018) Tício, acusado de sonegação fiscal de imposto de renda e de ICMS, foi denunciado perante a 1ª Subseção Judiciária da Justiça Federal de Florianópolis. A

denúncia foi recebida pelo Juiz, sendo determinada a citação do acusado. Citado, em sede de resposta à acusação, Tício juntou o comprovante do recolhimento integral do débito relativo ao imposto de renda, pleiteando pela extinção da suposta punibilidade. O Juiz, com base no pagamento integral do débito federal, declara extinta a punibilidade quanto ao crime de sonegação fiscal de imposto de renda. Por entender remanescer a punibilidade do crime de sonegação relativo ao imposto de ICMS, o Juiz determina a remessa da ação penal para a Justiça Estadual, declarando a incompetência da Justiça Federal. Recebidos os autos na Justiça Estadual, distribuídos para o Juízo da Xª Vara da Comarca de Florianópolis, este se declarou incompetente, suscitando conflito negativo de competência. No entender do Juízo da Xª Vara da Comarca de Florianópolis, a Justiça Federal é competente para julgar a ação penal, em vista da prorrogação de competência. Com base na situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- O conflito de competência, a fim de declarar qual jurisdição é competente para julgar a ação penal relativamente ao crime de sonegação de imposto de ICMS, será julgado pelo STF.
- O conflito de competência, a fim de declarar qual jurisdição é competente para julgar a ação penal relativamente ao crime de sonegação de imposto de ICMS, será julgado pelo STJ.
- O conflito de competência, a fim de declarar qual jurisdição é competente para julgar a ação penal relativamente ao crime de sonegação de imposto de ICMS, será julgado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
- Uma vez que a extinção da punibilidade do crime de competência federal foi declarada antes de iniciada a instrução processual, descabe falar em prorrogação de competência. Correta a remessa da ação penal para a Justiça Estadual.
- A competência da Justiça Federal é definida em função da natureza da infração praticada ou da pessoa do autor ou vítima, descabendo falar em prorrogação. Correta a remessa da ação penal para a Justiça Estadual.

67. (Cespe/TJ/DFT/Analista/2015) Para a decretação do sequestro de bens, é suficiente a existência de indícios veementes da proveniência ilícita desses bens.

68. (Cespe/TJ/DFT/Analista/2015) O arresto preventivo de determinado imóvel deverá ser revogado se, em quinze dias da sua determinação, não for promovido o processo de inscrição da hipoteca legal.

69. (Cespe/TJ/DFT/Analista/2015) O sequestro de bens imóveis poderá ser embargado pelo terceiro a quem os bens tiverem sido transferidos, a título oneroso ou gratuito, sob o fundamento de tê-los adquirido de boa-fé.

6. DA PROVA

ATENÇÃO: ESTE TEMA É MUITO EXIGIDO NOS CONCURSOS!

SÚMULAS

STF Súm. Vinculante 14. É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

STF Súm. 361. No processo penal, é nulo o exame realizado por um só perito, considerando-se impedido o que tiver funcionando anteriormente na diligência de apreensão.

STJ Súm. 74. Para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu requer prova por documento hábil.

STJ Súm. 273. Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado.

STJ Súm. 455. A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo.

INFORMATIVOS

STJ Audiência de instrução. Representante do Ministério Público ausente. Inquirição de testemunhas. Protagonismo da Magistrada processante. Desrespeito ao art. 212, par. ún., do CPP. Condenação amparada nas provas testemunhais colhidas sem a observância da forma legal. Prejuízo demonstrado. Arguição oportuna. Ausência de preclusão. A ausência de membro do Ministério Público em audiência de instrução somado (I) ao protagonismo exercido por magistrado ao inquirir testemunhas; (II) à demonstração do efetivo prejuízo suportado pela ré, em desrespeito ao disposto no art. 212, par. ún., do CPP; e (III) à ausência de preclusão em razão da arguição da matéria em momento oportuno, enseja anulação do processo desde aquele ato de instrução. *HC 708007, 6ª T, 26.4.2023. Inf 13E.*

STJ Audiência por videoconferência. Oitiva da vítima e da testemunha. Temor dos depoentes. Retirada do réu da sala de audiência. Possibilidade. Presença da defesa técnica no ato processual. Contraditório e ampla defesa. Não violação. No caso em que a audiência para oitiva da vítima e da testemunha é realizada por meio de videoconferência, a interpretação mais consentânea com o objetivo do disposto no art. 217 do CPP é a de que o réu também pode ser impedido de acompanhar os depoimentos. *Proc. segredo justiça, 5ª T, 8.8.2022. Inf 10E.*

STJ Operação complexa. Atuação de diferentes órgãos de polícia. Situação diversa da mera atuação de rotina dos órgãos fazendários. Distinguishing. Violação de domicílio empresarial. Necessidade de controle jurisdicional prévio do ato. Falta de mandado judicial. Constrangimento ilegal evidenciado. Declaração de nulidade das provas colhidas de forma ilícita. Não há falar em atuação de rotina dos órgãos de polícia fazendária, apta a dispensar o mandado judicial de busca e apreensão domiciliar, quando o caso concreto evidencia a realização de verdadeira força-tarefa entre diferentes órgãos de polícia administrativa (Receita Federal, Ministério Público e Polícia Federal). *AgRg no HC 676091, 5ª T, 19.8.2022. Inf 10E.*

STJ Busca pessoal e veicular. Denúncia anônima. Ausência de elementos concretos. Provas ilícitas. Fundada suspeita inexistente. Nulidade. A mera denúncia anônima, desacompanhada de outros elementos concretos, não é suficiente para evidenciar a necessária justa causa para a busca pessoal e veicular. *AgRg no HC 734263, 6ª T, 20.6.2022. Inf 7E.*

STJ Tráfico de entorpecentes. Nulidade. Invasão de domicílio. Ausência de fundadas razões para o ingresso. Autorização de ingresso não comprovada. A visualização de itens semelhantes a drogas dentro de residência não é justificativa suficiente para o ingresso forçado em domicílio por agentes policiais. *AgRg no HC 735572, 6ª T, 24.6.2022. Inf 7E.*

STJ Tráfico de drogas. Violação de domicílio. Denúncia anônima. Ausência de fundadas razões. Nulidade das provas. A mera denúncia anônima, desacompanhada de outros elementos preliminares indicativos de crime, não legitima o ingresso de policiais no domicílio. *AgRg no AREsp 2004877, 5ª T, 22.8.2022. Inf 10E.*

STJ Homicídio. Autópsia psicológica. Prova atípica. Possibilidade. Falibilidade de provas científicas. Controle de admissibilidade. Viés subjetivo. Cotejo com demais provas acostadas aos autos. A “autópsia psicológica” constitui prova atípica admissível no processo penal, cabendo ao magistrado controlar a sua utilização no caso concreto. *HC 740431, 6ª T, 19.9.2022. Inf 10E.*

STJ Atuação de advogado. Participação em organização criminosa. Coação a testemunhas por meio de aparelho celular. Quebra do sigilo telemático. Alegação de ofensa ao sigilo profissional diante da possibilidade de investigação especulativa ou serendipidade. Inocorrência. Garantia que deve ser ponderada diante da existência de indícios da prática de crime por advogado. É cabível o acesso aos dados telemáticos de aparelho celular de advogado, quando a medida é autorizada em razão da existência de sérios indícios da prática de crime por meio da utilização do aparelho. *RHC 157143, 6ª T, 20.6.2022. Inf 7E.*

STJ Busca domiciliar. Ausência de mandado judicial. Confissão informal. Ausência de qualquer registro em vídeo, áudio ou por escrito. Ausência de fundadas razões. Hígeiz das provas produzidas. Ônus da acusação. A confissão do réu, por si só, não autoriza a entrada dos policiais em seu domicílio, sendo necessário que a permissão conferida de forma livre e voluntária pelo morador seja registrada pela autoridade policial por escrito ou em áudio e vídeo. *AgRg no AREsp 2223319, 5ª T, 12.5.2023. Inf 778.*

STJ Crime de lesão corporal. Contexto de violência doméstica. Exame de corpo de delito. Ausência. Fotografia não periciada. Insuficiência de outros meios de prova. Ausência de justificativa para a não realização de prova técnica. Absolvição. O exame de corpo de delito poderá, em determinadas situações, ser dispensado para a configuração de lesão corporal ocorrida em âmbito doméstico, na hipótese de subsistirem outras provas idôneas da materialidade do crime. *AgRg no AREsp 2078054, 5ª T, 30.5.2023. Inf 777.*

STJ Tráfico de entorpecentes. Invasão de domicílio. Nulidade. Mandado de busca e apreensão estritamente de menor. Ausência de fundadas razões para o ingresso. A expedição de mandado de busca e apreensão de menor não autoriza o ingresso no domicílio e a realização de varredura no local. *AgRg no REsp 2009839, 6ª T, 16.5.2023. Inf 776.*

STJ Tráfico drogas. Ingresso forçado em domicílio. Cão de faro. Sinalização. Ausência de fundadas razões. Consentimento do morador. Inexistência de prova documental. Ônus do estado. Ilícitude das provas obtidas. A mera sinalização do cão de faro, seguida de abordagem a suposto usuário saindo do local, desacompanhada de qualquer outra diligência investigativa ou outro elemento concreto indicando a necessidade de imediata ação policial, não justifica a dispensa do mandado judicial para o ingresso em domicílio. *AgRg no HC 729836, 6ª T, 02.5.2023. Inf 774.*

STJ Manobras abortivas praticadas pela gestante. Atendimento médico-hospitalar. Médico que noticiou o fato à autoridade policial. Confidente necessário. Proibição de revelar segredo. Proibição de depor sobre o fato como testemunha. Médico não pode acionar a polícia para investigar paciente que procurou atendimento médico-hospitalar por ter praticado manobras abortivas, uma vez que se mostra como confidente necessário, estando proibido de revelar segredo do qual tem conhecimento, bem como de depor a respeito do fato como testemunha. *Proc. segredo justiça, 6ª T, 14.3.2023. Inf 767.*

STJ Produção antecipada de provas. Depoimento especial de vítima adolescente e testemunha criança na forma da Lei 13.431/17. “Depoimento sem dano”. Prova irrepelível já produzida. Flagrante ilegalidade não constatada. Proteção à criança e ao adolescente vítima de violência. É justificável a antecipação de prova no caso de depoimento especial de adolescente vítima de possível crime sexual – na forma da Lei 13.431/17 – pela relevância da palavra da vítima em crimes dessa natureza e na sua urgência pela falibilidade da memória de crianças e adolescentes. *Proc. segredo justiça, 5ª T, 14.3.2023. Inf 767.*

STJ Tráfico de drogas. Silêncio do acusado na etapa investigativa seguido de negativa de comissão do delito em juízo. Violação direta do art. 186 do CPP. Raciocínio probatório enviesado. Equivocada facilitação probatória para a acusação a partir de injustificada sobrevaloração do testemunho dos policiais. Múltiplas injustiças epistêmicas contra o réu. Insatisfação do standard probatório próprio do Processo Penal. O exercício do direito ao silêncio não pode servir de fundamento para descredibilizar o acusado nem para presumir a veracidade das versões sustentadas por policiais, sendo imprescindível a superação do standard probatório próprio do processo penal a respaldá-las. *REsp 2037491, 6ª T, 6.6.2023. Inf 780.*

STJ Confissão extrajudicial. Retratção em juízo. Ausência de outra fonte material independente de prova. Prova inidônea. Reconhecimento fotográfico. Inobservância do procedimento previsto no art. 226 do CPP. Prova ilícita. É ilícita a prova obtida por meio de reconhecimento fotográfico judicial que não observou o art. 226 do CPP, sendo devida a absolvição quando as provas remanescentes são tão-somente a confissão extrajudicial, integralmente retratada em juízo, e a apreensão de um dos bens subtraídos, meses após os fatos, efetivada no curso das investigações, o qual estava com um dos acusados que não foi reconhecido por nenhuma das vítimas. *REsp 1996268, 6ª T, 11.4.2023. Inf 771.*

STJ Inquérito policial. Busca e apreensão. Computadores apreendidos pela polícia. Quebra da cadeia de custódia. Ausência de registros documentais sobre o modo de coleta e preservação dos equipamentos. Violação à confiabilidade, integridade e autenticidade da prova digital. Inadmissibilidade da prova. São inadmissíveis as provas digitais sem registro documental acerca dos procedimentos adotados pela polícia para a preservação da integridade, autenticidade e confiabilidade dos elementos informáticos. *Proc. segredo justiça, 5ª T, 7.2.2023. Inf 763.*

STJ Audiência de instrução. Ausência de membro do Ministério Público. Inquirição de testemunhas pelo juiz. Ofensa ao artigo 212 do CPP. Ocorrência. A ausência do membro do Ministério Público na oitiva de testemunhas da acusação durante audiência de instrução não permite que o magistrado formule perguntas diretamente a estas, assumindo função precípua do Parquet. *REsp 1846407, 6ª T, 13.12.2022. Inf 761.*

STJ Busca domiciliar. Consentimento válido do morador. Prévia prisão em flagrante. Ausência de defesa técnica. Ausência de esclarecimento sobre seus direitos. Coação ambiental/circunstancial. Vício na manifestação de vontade. Mesmo se ausente coação direta e explícita sobre o acusado, as circunstâncias de ele já haver

sido preso em flagrante pelo porte da arma de fogo em via pública e estar detido, sozinho – sem a oportunidade de ser assistido por defesa técnica e sem mínimo esclarecimento sobre seus direitos –, diante de dois policiais armados, poderiam macular a validade de eventual consentimento para a realização de busca domiciliar, em virtude da existência de um constrangimento ambiental/circunstancial. *HC 762932, 6ª T, 30.11.2022. Inf 760.*

STJ **Denúncia anônima. Porte de arma de fogo. Prisão em flagrante distante do domicílio. Busca domiciliar subsequente. Antecedente por tráfico de drogas. Ausência de fundadas razões. Fundamento inidôneo. Consentimento válido do morador. Inexistência. Coação ambiental/circunstancial. Vício na manifestação de vontade. “Fishing expedition”. Configuração.** O simples fato de o acusado ter antecedente por tráfico de drogas não autoriza a realização de busca domiciliar, porquanto desacompanhado de outros indícios concretos e robustos de que, nesse momento específico, ele guarda drogas em sua residência. *HC 762932, 6ª T, 30.11.2022. Inf 760.*

STJ **Invasão de domicílio. Denúncia anônima. Ausência de outras diligências. Inexistência de fundadas razões. Vício na autorização do morador. Ilícitude das provas.** Havendo controvérsia entre as declarações dos policiais e do flagranteado, e inexistindo a comprovação de que a autorização do morador foi livre e sem vício de consentimento, impõe-se o reconhecimento da ilegalidade da busca domiciliar. *AgRg no HC 766654, 5ª T, 19.9.2022. Inf 759.*

STJ **Busca e apreensão. Diligência na residência de detentor de foro por prerrogativa de função. Investigado não detentor da prerrogativa de foro. Incomunicabilidade do resultado da diligência. Mandado de busca e apreensão específico ao investigado. Nulidade. Não ocorrência.** A prerrogativa de foro não se estende a terceiro que compartilhe imóvel com autoridade não investigada. *Proc. segredo justiça, 5ª T, 7.11.2022. Inf 759.*

STJ **Reconhecimento fotográfico. Inobservância do procedimento previsto no art. 226 do CPP. Demais provas produzidas sob o crivo do contraditório e da ampla defesa. Fonte independente e suficiente. Condenação mantida.** Ainda que o reconhecimento fotográfico esteja em desacordo com o procedimento previsto no art. 226 do CPP, deve ser mantida a condenação quando houver outras provas produzidas sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, independentes e suficientes o bastante, para lastrear o decreto condenatório. *AgRg nos EDcl no HC 656845, 6ª T, 17.10.2022. Inf 758.*

STJ **Prova testemunhal. Depoimento dos policiais. Mesmo valor probatório que qualquer outra prova testemunhal. Coerência interna. Coerência externa. Sintonia com demais provas dos autos. Superação do standard probatório mínimo. Livre convencimento motivado. Avaliação crítica da prova.** O testemunho prestado em juízo pelo policial deve ser valorado, assim como acontece com a prova testemunhal em geral, conforme critérios de coerência interna, coerência externa e sintonia com as demais provas dos autos. *AREsp 1936393, 5ª T, 8.11.2022. Inf 756.*

STJ **Busca domiciliar. Habitação em prédio abandonado de escola municipal. Extensão interpretativa do conceito de domicílio. Possibilidade. Art. 5º, XI da CF.** A habitação em prédio abandonado de escola municipal pode caracterizar o conceito de domicílio em que incide a proteção disposta no art. 5º, XI da CF. *AgRg no HC 712529, 5ª T, 4.11.2022. Inf 755.*

QUESTÕES DISCURSIVAS

5. (FGV/TJ/AL/Analista/2018) Clara, Oficial de Justiça de determinado Tribunal de Justiça, recebeu mandado de busca e apreensão para cumprimento. O mandado deveria ser cumprido na residência de Carlos, localizada em grande cidade do Estado, tendo sido tal documento regularmente expedido nos autos de ação penal pela suposta prática do crime de estelionato. Após estar com o mandado em mãos, Clara recebe a informação de que Carlos, todos os dias, saía para trabalhar às 6h da manhã, razão pela qual se dirige ao endereço indicado no mandado para cumprimento às 4h. Chegando ao local às 4h30min, acompanhada de policiais militares em razão da periculosidade da localidade, Clara chama por Carlos, que estava dormindo e não autoriza o ingresso em sua residência. Contudo, munida do mandado de busca e apreensão, Clara opta por ingressar no imóvel para realizar a diligência, efetivamente apreendendo documentos relacionados ao fato mencionado na ação penal. Após adotar as medidas cabíveis, quando deixava o local, às 5h20min, Clara e os policiais verificam que João, vizinho de Carlos, ingressou em sua própria casa correndo ao avistar os policiais, trazendo consigo uma sacola

e um objeto preto nas mãos. Diante disso, os agentes da lei, acompanhados de Clara, ingressam no imóvel de João e encontram material entorpecente para venda, bem como dinheiro em espécie distribuído em pequenas notas junto com as drogas, e o objeto preto, que era um simulacro de arma. As drogas e o simulacro são apreendidos, sendo João preso em flagrante e encaminhado para a Delegacia. Considerando apenas as situações narradas, responda os questionamentos a seguir: a) A diligência realizada no interior da residência de Carlos foi válida? Justifique. b) Finda a diligência na residência de Carlos, quais formalidades deverão ser observadas por Clara diante da apreensão de bens? c) A diligência realizada no interior da residência de João foi válida? Justifique.

6. (FGV/TJ/AL/Analista/2018) No curso de investigação penal pela suposta prática de crimes contra a ordem tributária, a autoridade judiciária, atendendo a requerimento do Ministério Público, decretou a prisão preventiva do sócio-administrador da sociedade empresária investigada, Paulo Manoel, bem como determinou a busca e apreensão no endereço do escritório da sociedade empresária, expedindo os respectivos mandados de busca e apreensão e prisão. Em cumprimento da ordem respectiva, o Oficial de Justiça Avaliador, Júlio César, se dirigiu ao endereço constante no mandado, na parte da tarde, e, lá chegando, encontrou anúncio de que a empresa mudou de endereço. Informado pelo porteiro do prédio acerca do novo endereço, em cumprimento da ordem judicial, Júlio César localizou então o prédio onde agora funciona a sociedade e chegou ao local por volta das 20h. Na frente do prédio, se deparou com o sócio Paulo Manoel saindo e, diante disso, efetuou a prisão preventiva pendente de cumprimento. Em seguida, ingressou no novo escritório da sociedade empresária e apreendeu computadores e documentos, conforme constante do mandado, lavrando o termo respectivo. Alguns dias após, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Paulo Manoel e também em face de outro administrador da sociedade, José Carlos. Paulo Manoel foi pessoalmente citado, já que preso, enquanto a citação de José Carlos foi por edital, pois, após diversas tentativas de localização, foi certificado que estava em local incerto e não sabido. José Carlos, após o prazo do edital, não compareceu e nem constituiu advogado, determinando o magistrado a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, o que gerou preocupação do Ministério Público, tendo em vista que a única testemunha do fato era idosa e estava internada em unidade hospitalar, com doença cardíaca em estado avançado. Considerando apenas as informações narradas, responda justificadamente: a) O cumprimento do mandado de prisão preventiva foi válido? b) A busca e apreensão realizada no escritório da sociedade empresária foi válida? c) Com a suspensão do processo em razão da citação por edital, poderia o magistrado adotar alguma medida para resguardar a prova a ser produzida?

7. (TJ/AC/Analista/2016) Diferencie prova ilícita de prova ilegítima. Descreva hipóteses em que se configura, segundo a Constituição, a obtenção de provas por meios ilícitos. São elas juridicamente válidas e admissíveis para fins de investigação criminal ou instrução processual penal ou cível? Por quê?

QUESTÕES OBJETIVAS

70. (UFG/TJ/GO/Analista/2023) Leia o caso a seguir. Duas testemunhas afirmam que F. A. não cometeu um crime contra o patrimônio de S. E., mas F. A. confessa sua culpa perante o juiz. Nesse caso, o magistrado poderia:

- condenar F. A. somente com base na sua confissão, uma vez que, no âmbito do Processo Penal, a confissão é dotada de valor pleno.
- condenar F. A. com base na sua confissão, desconsiderando os testemunhos, desde que justificadamente, destacando os

outros elementos de prova que corroboram a versão da história narrada por ela.

- c) absolver F. A., uma vez que a confissão é um meio de prova mais sensível, tendo menor valor probante do que aquele decorrente da prova testemunhal.
- d) condenar F. A. depois de checar que sua confissão foi espontânea e involuntária, ainda que não haja outros meios probantes.
- e) absolver F. A., desde que se convença da inveracidade de sua confissão, em respeito ao princípio do livre convencimento, não precisando motivar a sua decisão.

71. (Cespe/TJ/ES/Analista/2023) A busca pode ser requerida pela defesa do réu, com o intuito de descobrir objetos necessários para comprovar a tese defensiva.

72. (UFG/TJ/GO/Analista/2023) Segundo o art. 155 do Código de Processo Penal, “o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas”. Pode-se diferenciar os três tipos de provas mencionados no texto legal da seguinte forma:

- a) as provas cautelares são aquelas em que o contraditório e a ampla defesa são respeitados, uma vez que se configura como prova processual; as provas não repetíveis e as provas antecipadas, por serem provas pré-processuais, possuem contraditório mitigado.
- b) as provas cautelares podem ser exemplificadas com aquelas provenientes de quebras de sigilo, como a interceptação telefônica, produzidas durante a fase investigativa; as provas não repetíveis podem ser exemplificadas como aquelas que só acontecem por autorização judicial, a exemplo da colheita do testemunho de pessoa gravemente enferma; e as provas antecipadas são aquelas feitas no curso da investigação, por meio de ações policiais, como o exame de corpo de delito.
- c) as provas cautelares são admitidas no direito brasileiro para garantir a consecução da justiça quando houver risco de desaparecimento da prova antes do término do processo judicial; já as provas não repetíveis e as provas antecipadas, apesar de previstas no Código do Processo Penal, não foram recepcionadas pela Constituição Federal de 1988, em respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa.
- d) os três tipos de provas citados são admitidos no direito brasileiro, desde que, no momento de sua consecução, seja garantida a observância do contraditório e da ampla defesa, todavia elas se diferenciam pelo seu objeto. As provas cautelares têm como objeto o atendimento à decisão judicial no curso do inquérito; as provas não repetíveis servem para garantir que o perecimento do objeto não prejudique o processo; e as provas antecipadas são aquelas que possuem como objeto a decisão discricionária da autoridade policial.
- e) as provas cautelares são aquelas em que há um risco de desaparecimento do objeto da prova por decurso do tempo; as provas não repetíveis são aquelas que não podem ser reproduzidas genuinamente em juízo; e as provas antecipadas são aquelas feitas, mediante autorização judicial, em momento processual distinto do legalmente previsto.

73. (Cespe/TJ/ES/Analista/2023) Em regra, a busca e a apreensão prescindem de autorização judicial e não podem ocorrer no período noturno.

74. (Cespe/TJ/ES/Analista/2023) O afastamento do juiz da iniciativa probatória assegura a sua imparcialidade e fortalece a estrutura dialética do processo penal.

75. (FGV/TJ/RN/Analista/2023) Marcos, após ser capturado em flagrante, é denunciado pela suposta prática do crime de roubo. Em juízo, no bojo da audiência de instrução e julgamento, após a vítima prestar as suas declarações (na ausência do réu), o Ministério Público requereu que se procedesse ao reconhecimento de pessoas. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que a vítima:

- a) será instada a descrever o acusado. Em seguida, o juiz apresentará o réu presencialmente, ao lado, se possível, de outras pessoas com semelhanças físicas, convidando a ofendida a apontar o responsável pela prática delitiva. A inobservância desse procedimento somente gerará a imprestabilidade da prova se restar demonstrado o prejuízo concreto à defesa.
- b) será instada a descrever o acusado. Em seguida, o juiz apresentará o réu presencialmente, ao lado, se possível, de outras pessoas com semelhanças físicas, convidando a ofendida a apontar o responsável pela prática delitiva. A inobservância desse procedimento gerará a imprestabilidade da prova.
- c) será instada a descrever o acusado. Em seguida, o juiz apresentará o réu presencialmente, ao lado, se possível, de outras pessoas com semelhanças físicas, convidando a ofendida a apontar o responsável pela prática delitiva. A inobservância desse procedimento ensejará a nulidade do processo.
- d) será instada a descrever o acusado. Em seguida, o juiz apresentará um álbum de fotografias à ofendida, para que esta verifique se reconhece ou não o acusado dentre as pessoas cujas fotos estão inseridas no livro fotográfico.
- e) será instada a descrever o acusado. Em seguida, o juiz apresentará o réu presencialmente e perguntará à ofendida se o reconhece.

76. (Cespe/TJ/ES/Analista/2023) A vítima que, intimada para ser ouvida, deixar de comparecer sem motivo justo, não poderá ser conduzida compulsoriamente à presença do juiz.

77. (Cespe/TJ/ES/Analista/2023) Os menores de 14 anos de idade podem depor em processo penal sem que tenham de assumir o compromisso de dizer a verdade.

78. (FGV/TJ/DFT/Analista/2022) De acordo com o Código de Processo Penal, para o bloqueio de ativos financeiros de sociedades empresárias, é necessária a existência de:

- a) juízo de certeza.
- b) juízo além de qualquer dúvida razoável.
- c) indícios mínimos.
- d) indícios suficientes.
- e) indícios veementes.

79. (FGV/TJ/DFT/Analista/2022) Em relação à validade dos dados de procedimento fiscalizatório da Receita Federal para apuração do débito tributário, é correto afirmar que:

- a) o Ministério Público pode requisitar diretamente os dados, desde que para fins criminais.
- b) a Receita Federal pode compartilhar os dados sem prévia autorização judicial.
- c) o Ministério Público pode requisitar os dados sem prévia autorização judicial.
- d) a Receita Federal pode compartilhar os dados desde que precedido de autorização judicial.
- e) os Relatórios de Inteligência Financeira não podem ser utilizados em investigações criminais.

80. (FCC/TJ/CE/Analista/2022) O exame de corpo de delito:

- deve ser realizado com prioridade, em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- não pode ser realizado por meio de carta precatória, pois é diligência exclusiva do juízo competente para a causa.
- deve ser realizado quando houver vestígio na pessoa, sendo vedado em objetos.
- prescinde de perito oficial portador de diploma de curso superior, ao contrário das demais perícias.
- produz um laudo ao qual o juiz fica adstrito em razão de não possuir o conhecimento técnico sobre a prova.

81. (Ibade/TJ/RS/Analista/2022) De acordo com o Código de Processo Penal é possível afirmar que se dará prioridade na realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva:

- dano ao meio ambiente.
- violência contra adolescente.
- dano à Administração Pública.
- violência sexual contra maior.
- crime contra a ordem tributária.

82. (FGV/TJ/DFT/Analista/2022) O deputado estadual João concedeu ampla entrevista a um popular programa televisivo, informando que havia uma organização criminosa instalada no governo do Estado com o objetivo de fraudar licitações e contratos administrativos. Descreveu em detalhes o modus operandi da organização criminosa e informou que recebera as informações de dois servidores públicos estaduais de absoluta confiança. Em razão dessa narrativa, foi instaurada investigação penal para apurar os fatos e identificar os membros da organização criminosa. A primeira providência foi intimar o deputado estadual João para depor. À luz da sistemática constitucional, João:

- está obrigado a depor sobre os fatos e a fornecer a identidade das pessoas que passaram as informações.
- não está obrigado a depor sobre os fatos nem a fornecer a identidade das pessoas que passaram as informações.
- está obrigado a depor sobre os fatos, mas não a fornecer a identidade das pessoas que passaram as informações.
- não está obrigado a depor sobre os fatos, mas deve fornecer a identidade das pessoas que passaram as informações.
- está obrigado a depor sobre os fatos, mas pode silenciar em relação àquilo que o implique, devendo preservar o sigilo de suas fontes.

83. (IBFC/TJ/MG/Analista/2022) No que se refere às disposições previstas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa incorreta.

- O incidente de insanidade mental do acusado poderá ser instaurado de ofício pelo juiz ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, quando houver dúvida sobre sua integridade mental.
- A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. Contudo, não se deferirá esse compromisso aos menores de 18 (dezoito) anos.
- Em todos os termos da ação pública, poderá intervir, como assistente do Ministério Público, o ofendido ou seu representante legal. Contudo, da decisão que admitir, ou não, o assistente, não caberá recurso.
- Admite-se a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.

- A intimação da sentença condenatória será feita mediante edital, se o réu, não tendo constituído defensor, não for encontrado, e assim o certificar o oficial de justiça. O prazo do edital será de 90 dias, se tiver sido imposta pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, e de 60 dias, nos outros casos.

84. (Cespe/TJ/AM/Analista/2019) Não havendo autorização do juízo competente, a interceptação de comunicações telefônicas será prova ilícita.

85. (FGV/TJ/AL/Analista/2018) Carlos conduzia seu veículo automotor de maneira tranquila, quando foi parado em uma operação que verificava a condução de veículo automotor em via pública sob a influência de álcool. Apesar de estar totalmente consciente de seus atos, Carlos havia ingerido 7 (sete) latas de cerveja, razão pela qual temia que o teste do “bafômetro” identificasse percentual acima do permitido em lei. De acordo com a jurisprudência majoritária dos tribunais superiores, Carlos:

- não é obrigado a realizar o exame, que exige um comportamento positivo seu, respeitando-se a regra de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si, diferentemente do que ocorreria se fosse necessária apenas cooperação passiva.
- é obrigado a realizar o exame, tendo em vista que esse é indispensável para a configuração do tipo, sempre podendo o resultado ser utilizado como meio de prova.
- não é obrigado a realizar o exame, pois ninguém é obrigado a produzir prova contra si, seja através de cooperação ativa seja com cooperação passiva, como no caso de ato de reconhecimento de pessoa.
- é obrigado a realizar o exame, ainda que este seja desnecessário para a configuração do tipo, que pode ser demonstrado por outros meios de prova.
- é obrigado a realizar o exame, mas seu resultado poderá ou não ser utilizado como meio de prova de acordo com a vontade de Carlos, já que ninguém é obrigado a produzir prova contra si.

86. (FGV/TJ/SC/Analista/2018) Funcionário público com atribuição compareceu, munido de mandado de busca e apreensão, a determinada residência para realizar busca e apreensão de cadernos de controle de valores relacionados à investigação do crime de favorecimento à prostituição de adolescentes. Ao comparecer ao local, verifica que naquele exato momento estava ligado um computador que transmitia vídeo com cena de sexo explícito envolvendo criança, que é crime diverso daquele que era investigado. Ao verificar tal situação, o funcionário público deverá:

- apreender, de imediato, o computador, tendo em vista que o mandado de busca e apreensão não precisa especificar os bens a serem apreendidos e o local onde deve ser realizada a diligência.
- requerer a expedição de novo mandado de busca e apreensão, que somente poderá ser deferido se for instaurada investigação para apurar a prática do novo delito.
- apreender, de imediato, o computador, tendo em vista que houve flagrante delito e um encontro fortuito de provas de outra infração penal.
- apreender, de imediato, o computador, pois a diligência em questão é considerada busca e apreensão pessoal, que prescinde de mandado.
- requerer, de imediato, expedição de novo mandado de busca e apreensão, já que os objetos a serem apreendidos deverão estar devidamente especificados.

87. (UFRN/TJ/RN/Analista/2018) O processo penal constitucional busca a realização de uma justiça penal submetida a

exigências de igualdade efetiva entre os litigantes. Nesse sentido, o processo justo deve atentar sempre para a desigualdade material que normalmente ocorre no curso de toda persecução penal, em que o estado ocupa a posição de proeminência, respondendo pelas funções acusatórias, como regra, e pela atuação da jurisdição, sobre a qual exerce o seu monopólio. Considerando-se o exposto, pode-se apontar como efeito da constitucionalização do processo penal:

- a) a vedação ao direito ao silêncio do réu, conforme o art. 186 do Código de Processo Penal.
- b) a possibilidade de o juiz substituir o Ministério Público em sua função probatória, diante da liberdade de produção conferida ao juiz pelo Código de Processo Penal.
- c) a manutenção da característica de prova do interrogatório do réu.
- d) a impossibilidade, conforme o STF, de o juiz requisitar provas depois da manifestação pelo arquivamento feita pelo Ministério Público.

88. (FGV/TJ/AL/Analista/2018) Tadeu figura como acusado em ação penal em que se investiga a prática do crime de tráfico de drogas, respondendo ao processo na condição de preso. Entendendo existir fundada suspeita de que Tadeu integre organização criminosa e que haveria risco de fuga em seu deslocamento, para prevenir a segurança pública, o magistrado determinou, de ofício, a realização do interrogatório do réu por videoconferência. Tadeu, então, indaga seu advogado sobre a validade da decisão. Com base nas informações expostas, o advogado de Tadeu deverá esclarecer que:

- a) o interrogatório por videoconferência, atualmente, é a regra no processo penal, respeitando-se a garantia da ordem pública.
- b) o interrogatório por videoconferência não é admitido pela legislação penal, em respeito ao direito de presença, mas tão só a oitiva de testemunhas sem a presença do acusado.
- c) o interrogatório por videoconferência poderia ser determinado em decisão fundamentada do juiz após requerimento das partes, mas não de ofício.
- d) as partes deverão ser intimadas da decisão que determinar o interrogatório por videoconferência com antecedência mínima de 10 dias.
- e) a decisão que determinar a realização de interrogatório por videoconferência poderá ser impugnada através de recurso em sentido estrito no prazo de 5 dias.

89. (FGV/TJ/SC/Analista/2018) Após a prisão em flagrante de Tício pelo crime de tráfico de drogas, já que ele teria sido encontrado enquanto trazia consigo grande quantidade de drogas, os policiais militares incentivaram o preso, algemado, no interior da viatura policial, sem assegurar o direito ao silêncio, a confessar os fatos. Diante do incentivo, o preso confirmou seu envolvimento com a associação criminosa que dominava o tráfico da localidade, sendo a declaração filmada pelos policiais sem que Tício tivesse conhecimento. Após denúncia, o Ministério Público acostou ao procedimento o vídeo da filmagem do celular realizada pelos policiais. Durante a instrução, Tício alegou que o material entorpecente era destinado ao seu uso. Diante da situação narrada, o vídeo com a filmagem do celular do policial deve ser considerado prova:

- a) ilícita, gerando como consequência a substituição do juiz que teve acesso a ela, não sendo necessário, porém, que seja desentranhada dos autos.
- b) lícita, sendo a confissão a rainha das provas, de modo que deverá prevalecer sobre os demais elementos probatórios produzidos durante a instrução.

- c) ilícita, devendo ser desentranhada do processo, apesar de os atos anteriores da prisão em flagrante serem considerados válidos.
- d) lícita, mas caberá ao juiz responsável pela sentença atribuir o valor que entenda adequado a essa prova.
- e) ilícita, gerando o reconhecimento da invalidade da prisão em flagrante como um todo.

90. (FGV/TJ/SC/Analista/2018) Perante Vara Criminal correção penal em que se investiga a prática do crime de estupro de vulnerável em que figura como vítima a criança Pâmela. Preocupada com as consequências psicológicas para Pâmela, sua genitora decide que elas devem se mudar para outro estado do país, informando tal fato ao juiz. No momento da designação da audiência de instrução e julgamento, Pâmela e sua representante legal deverão ser intimadas e poderão ser ouvidas através de:

- a) carta precatória, que impõe a suspensão da instrução criminal.
- b) carta precatória, mas a expedição não suspenderá a instrução criminal.
- c) carta rogatória, que impõe a devida suspensão da instrução criminal.
- d) carta rogatória, mas a expedição não suspenderá a instrução criminal.
- e) edital, ficando a oitiva no processo principal suspensa até o comparecimento delas.

91. (FGV/TJ/SC/Analista/2018) Luciano foi denunciado pela prática de crime de extorsão em desfavor de José. A defesa técnica do réu arrolou como testemunha Lara, filha de Luciano, de apenas 10 anos de idade, pois alega que ela, assim como outros familiares, estaria com o pai no suposto momento do crime. De acordo com as previsões do Código de Processo Penal, Lara:

- a) poderá ser ouvida, mas, na condição de testemunha, prestará compromisso legal de dizer a verdade e deverá estar sozinha, não podendo ser acompanhada por representante legal algum.
- b) poderá ser ouvida na condição de testemunha, prestando compromisso legal de dizer a verdade, devendo as perguntas serem realizadas diretamente pelas partes.
- c) poderá ser ouvida se arrolada como testemunha ou informante, mas não prestará compromisso legal de dizer a verdade.
- d) estará proibida de ser ouvida na condição de testemunha ou informante, por ser descendente do réu.
- e) estará proibida de depor como testemunha ou informante, por ser criança.

92. (FGV/TJ/AL/Analista/2018) Lauro figura como indiciado em inquérito policial em que se apura a prática de infração penal grave. Intimado para comparecer em sede policial, Lauro presta declarações, não cientificado de seu direito ao silêncio, e confessa o crime. Posteriormente, com base em outros elementos informativos produzidos, Lauro vem a ser denunciado. Com base nas informações narradas e de acordo com as previsões do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- a) o interrogatório do acusado é o último ato da instrução, de modo que não mais se admite a oitiva do indiciado antes do oferecimento da denúncia, ainda que acompanhado de advogado e garantido o direito ao silêncio.
- b) o juiz poderá considerar, em sentença, as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas, mas não os demais elementos informativos, ainda que sua decisão não seja baseada exclusivamente nestes.
- c) a confissão é válida, mesmo sem ser esclarecido o direito de o indiciado permanecer em silêncio, já que o inquérito é

caracterizado pelo caráter inquisitivo, não podendo ser retratada.

- d) a confissão do réu poderá ser divisível e, independentemente de sua validade, poderá ser retratada em juízo.
- e) o elemento informativo, independentemente de qual seja, colhido durante as investigações, nunca poderá ser considerado pelo magistrado em sentença.

93. (Vunesp/TJ/SC/Analista/2018) A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação. Uma vez determinada a realização de prova pericial em um processo, deve ser tomada a seguinte providência durante a sua produção:

- a) se o perito, por motivo justificado, não puder apresentar o laudo dentro do prazo, o juiz poderá conceder-lhe, por uma vez, prorrogação por igual prazo originalmente fixado.
- b) tratando-se de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, o juiz poderá nomear mais de um perito, e a parte, indicar mais de um assistente técnico.
- c) as partes terão ciência da data e do local designados pelo juiz ou indicados pelo perito para a sua finalização.
- d) o perito protocolará o laudo em juízo, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 10 (dez) dias antes da audiência de instrução e julgamento.
- e) se o perito ou o assistente técnico tiver que ser ouvido em audiência, será intimado por meio eletrônico, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência.

94. (PUCPR/TJ/MS/Analista/2017) Sobre a prova no direito processual penal, marque a alternativa correta:

- a) São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, inclusive aquelas que evidenciam nexo de causalidade entre umas e outras, bem como aquelas que puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- b) A confissão será indivisível e irretroatável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
- c) Considera-se indício a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias; entretanto, tal espécie de prova não é aceita nos tribunais superiores por violar o princípio constitucional da ampla defesa.
- d) A prova emprestada, quando obedecidos os requisitos legais, tem sua condição de prova perfeitamente aceita no processo penal; no entanto, ela não tem o mesmo valor probatório da prova originalmente produzida.
- e) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

95. (UFG/TJ/GO/Analista/2017) Segundo o Código de Processo Penal, a testemunha faltosa poderá ser processada criminalmente por crime de:

- a) falso testemunho.
- b) desacato.
- c) desobediência.
- d) resistência.
- e) fraude processual.

96. (Cespe/TJ/DFT/Analista/2015) Paulo e Jean foram denunciados pela prática do crime de furto de joias, praticado contra Maria, tia sexagenária de Paulo. A subtração foi facilitada pelo fato de Paulo residir com a vítima. Quando da citação, Paulo não foi encontrado no novo endereço que havia fornecido na fase do

inquérito, tendo sido o mandado entregue a outro morador, que se comprometeu a entregá-lo ao destinatário. Jean, que retornou para a França, seu país de origem, havia fornecido seu endereço completo ao delegado. Se Jean, após a citação pessoal válida, não comparecer em juízo para defender-se no curso da ação penal, o juiz deverá decretar a sua revelia e nomear-lhe um defensor dativo, dando continuidade ao processo, mas não poderá considerar a existência de confissão ficta.

97. (FGV/TJ/PI/Analista/2015) A via adequada para nova tomada de declarações da vítima com vistas à possibilidade de sua retratação e utilização em futura revisão criminal é:

- a) prova produzida unilateralmente pelo interessado.
- b) declaração da vítima firmada em cartório.
- c) declaração da vítima de próprio punho.
- d) declaração da vítima de próprio punho com firma reconhecida.
- e) justificação judicial.

98. (Cespe/TJ/DFT/Analista/2015) Conforme a teoria dos frutos da árvore envenenada, adotada pelo Código de Processo Penal, a prova ilícita produzida no processo criminal tem o condão de contaminar todas as provas dela decorrentes, devendo, entretanto, ficar evidenciado o nexo de causalidade entre elas, considerando-se válidas, ademais, as provas derivadas que possam ser obtidas por fonte independente da prova ilícita.

99. (Cespe/TJ/DFT/Analista/2015) No caso de haver resistência do morador, permite-se o uso da força na busca domiciliar iniciada de dia e continuada à noite, com a exibição de mandado judicial, devendo a diligência ser presenciada por duas testemunhas que poderão atestar a sua regularidade.

7. DOS SUJEITOS DO PROCESSO

SÚMULAS

STF Súm. 208. O assistente do Ministério Público não pode recorrer, extraordinariamente, de decisão concessiva de "habeas corpus".

STF Súm. 210. O assistente do Ministério Público pode recorrer, inclusive extraordinariamente, na ação penal, nos casos dos arts. 584, § 1º e 598 do Código de Processo Penal.

STF Súm. 448. O prazo para o assistente recorrer, supletivamente, começa a correr imediatamente após o transcurso do prazo do Ministério Público.

STJ Súm. 234. A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

STJ Súm. 644. O núcleo de prática jurídica deve apresentar o instrumento de mandato quando constituído pelo réu hipossuficiente, salvo nas hipóteses em que é nomeado pelo juízo.

INFORMATIVOS

STJ Tribunal do júri. Abandono do plenário. Tática da defesa. Desrespeito ao múnus público. Multa do art. 265 do CPP. Idoneidade. A postura de abandonar o plenário do júri, como tática de defesa, configura flagrante desrespeito ao múnus público conferido ao advogado, o que justifica a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. *AgRg no RMS 63152, 5ª T, 14.3.2023. Inf 769.*

STJ Multa por abandono da causa. Art. 265 do CPP. Comunicação de renúncia pelo advogado dativo. Termos do convênio entre OAB/SP e Defensoria Pública de São Paulo. Renúncia indeferida. Direito líquido e certo à renúncia. Multa afastada. Os termos do convênio firmado entre Defensoria e Ordem dos Advogados não repercutem na responsabilidade processual do advogado, que se satisfaz com a comunicação tempestiva da renúncia ao múnus público, fundamentada em justo motivo. *RMS 69837, 6ª T, 12.6.2023. Inf 13E.*

QUESTÕES OBJETIVAS

100. (Cespe/TJ/AM/Analista/2019) Hugo é investigado pela prática de lesão corporal seguida de morte contra Márcia, crime esse cometido em Manaus. A autoridade policial realizou interceptação telefônica e tomou conhecimento de que Hugo havia confessado ser o autor do crime ao irmão da vítima, Miguel. Miguel poderá habilitar-se como assistente de acusação enquanto não transitar em julgado a sentença penal.

8. DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA

8.1. Disposições Gerais

QUESTÕES OBJETIVAS

101. (Ibade/TJ/RS/Analista/2022) De acordo com o Código de Processo Penal e no que concerne aos crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar que a autoridade policial poderá conceder fiança no crime de:

- concessão.
- corrupção passiva.
- condescendência criminosa.
- peculato-furto.
- inserção de dados falsos em sistema de informação.

102. (Cespe/TJ/PA/Analista/2020) De acordo com o entendimento do STF, o uso de algemas:

- é uma excepcionalidade e deve ser justificado previamente, de forma oral ou por escrito.
- é restrito à prisão penal, sendo inadmissível na prisão cautelar, devido ao princípio da inocência.
- ensejará responsabilidade disciplinar, civil e penal da autoridade que o determinar, caso seja injustificado.
- ensejará a anulabilidade da prisão e dos atos subsequentes, caso seja injustificado.
- é lícito somente nas hipóteses de fundado receio de fuga e de perigo à integridade física de terceiros.

8.2. Da Prisão

ATENÇÃO: ESTE TEMA É MUITO EXIGIDO NOS CONCURSOS!

SÚMULAS

STF Súm. Vinculante 11. Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

STF Súm. 397. O poder de polícia da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em caso de crime cometido nas suas dependências, compreende, consoante o regimento, a prisão em flagrante do acusado e a realização do inquérito.

STJ Súm. 21. Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução.

STJ Súm. 52. Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.

INFORMATIVOS

STF Prisão preventiva: incompatibilidade de sua manutenção com a fixação de regime distinto do fechado em sentença condenatória. Viola o princípio da proporcionalidade a tentativa de compatibilizar a prisão preventiva com a imposição do regime inicial de cumprimento de pena semiaberto ou aberto. A fixação do regime semiaberto torna desproporcional a manutenção da prisão preventiva, por significar imposição de medida cautelar mais gravosa à liberdade do que a estabelecida na própria sentença condenatória, circunstância que se revela como verdadeiro constrangimento ilegal. *HC 214070 AgR, 20.6.2023. 2ª T. Inf 1100.*

STF Prisão especial aos portadores de diploma de curso superior. É incompatível com a CF – por ofensa ao princípio da isonomia – a previsão contida no inciso VII do art. 295 do CPP que concede o direito a prisão especial, até decisão penal definitiva, a pessoas com diploma de ensino superior. *ADPF 334, 31.3.2023. Pleno. Inf 1089.*

STJ Guardas municipais. Exercício de atividade de segurança pública que não se equipara por completo às polícias. Art. 301 do CPP. Flagrante delicto. Tráfico de drogas. Não ocorrência. Art. 244 do CPP. Busca pessoal. Ausência de relação com as finalidades da guarda municipal. Impossibilidade. Prova ilícita. O fato de as guardas municipais não terem sido incluídas nos incisos do art. 144, caput, da CF não afasta a constatação de que elas exercem atividade de segurança pública e integram o Sistema Único de Segurança Pública. Isso, todavia, não significa que possam ter a mesma amplitude de atuação das polícias. *HC 830530, 3ª S, 4.10.2023. Inf 791.*

STJ Tráfico e associação para o tráfico. Prisão preventiva. Ausência de fundamentação concreta. Art. 93, IX, da CF. Art. 315, § 2º, III, do CPP. O decreto de prisão preventiva deve demonstrar a materialidade do crime e os indícios de autoria de conduta criminosa, além de indicar, fundamentadamente, fatos concretos e contemporâneos que demonstrem o perigo que a liberdade do investigado ou réu represente à ordem pública, ordem econômica, conveniência da instrução criminal ou à garantia da aplicação da lei penal. *HC 737549, 6ª T, 12.12.2022. Inf 10E.*

STJ Tribunal do júri. Réu solto durante todo o processo. Ações declaratórias de constitucionalidade n. 43, 44 e 54. Execução provisória da pena. Impossibilidade. Alterações do Pacote Anticrime (Lei 13.964/19). Art. 313, § 2º, do CPP. Inexistência de fato novo e contemporâneo autorizador de custódia cautelar. Decretação de prisão preventiva para antecipação de cumprimento da pena. Incabível. Possibilidade de alteração jurisprudencial no julgamento do Tema n. 1068/STF. É ilegal a prisão automática do réu solto em razão da condenação não definitiva do tribunal do Júri. *HC 737749, 6ª T, 30.6.2022. Inf 7E.*

STJ Prisão preventiva. Indícios de autoria. Gravidade do delito. Periculosidade do agente. Coação de testemunhas. Garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal. Medidas cautelares diversas da prisão. Insuficiência. A periculosidade do agente e a intimidação de testemunha justificam a decretação da prisão preventiva para garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal. *AgRg no HC 735745, 5ª T, 4.10.2022. Inf 10E.*

STJ Prisão preventiva. Regime prisional semiaberto. Efetiva adequação ao regime intermediário. Compatibilidade. A prisão preventiva é compatível com o regime prisional semiaberto, desde que seja realizada a efetiva adequação ao regime intermediário. *AgRg no HC 760405, 5ª T, 26.8.2022. Inf 10E.*

STJ Prisão preventiva. Mulher gestante ou mãe de filho menor de 12 anos. Tráfico de entorpecentes. Garantia da ordem pública. Gravidade concreta. Quantidade de droga. Prisão domiciliar. Fundamentação idônea para negar o pleito. Crime cometido dentro da residência da agravante. Caso dos autos encontrado nas exceções estabelecidas pelo STF no HC 143641. Condições pessoais favoráveis. Irrelevância. O afastamento da prisão domiciliar para mulher gestante ou mãe de filho menor de 12 anos exige fundamentação idônea e casuística, independentemente de comprovação de indispensabilidade da sua presença para prestar cuidados ao filho, sob pena de infringência ao art. 318, inciso V, do CPP, inserido pelo Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/16). *AgRg no HC 805493, 6ª T, 23.6.2023. Inf 780.*

STJ Prisão preventiva. Réu em situação de rua. Descumprimento de medida cautelar alternativa. Ausência de fundamentação concreta acerca da cautelaridade. Descabimento. Medidas cautelares alternativas. Observância da Resolução 425/CNJ. Na análise do cabimento da prisão preventiva de pessoas em situação de rua, além dos requisitos legais previstos no CPP, o magistrado deve observar as recomendações constantes da Res. 425/CNJ, e, caso sejam fixadas medidas cautelares alternativas, aquela que melhor se adequa a realidade da pessoa em situação de rua. *HC 772380, 6ª T, 16.11.2022. Inf 757. Inf 757.*

STJ Prisão domiciliar. Mãe com filho de até 12 anos incompletos. Primeira infância. Acusada investigada pela prática do crime de corrupção de menores em desfavor do próprio filho. Não cabimento. Necessidade de integral proteção dos menores. A utilização do próprio filho para a prática de crimes, por se tratar de situação de

PORTUGUÊS



VOLUME DE QUESTÕES



MUITO ALTO

1. ACENTUAÇÃO

QUESTÕES OBJETIVAS

1. (Vunesp/TJ/SP/Analista/2019) Assinale a alternativa em que os termos estão acentuados, correta e respectivamente, a exemplo das palavras: dúvida, abundância e também.

- exíguo; hemácia; outrém.
- trôpego; anúncia; provém.
- rúbrica; latência; pajém.
- álibi; essência; aquém.
- récorde; incôncio; amém.

2. (Vunesp/TJ/SP/Analista/2019) Assinale a alternativa em que a acentuação e a grafia das palavras estão de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- Pela fronteira, tem entrado no país muitos refugiados, e é imprevidível acolhê-los adequadamente.
- Faltou ombridade aos dirigentes da empresa, pois eles omitiram dos sócios o récorde de vendas.
- À excessão dos quibes, os salgados servidos na cerimônia de inauguração estavam saborosos.
- A atendente da companhia aérea fez uma rúbrica na passagem para retificar o horário do voo.
- Atualmente, é mister acabar com privilégios concedidos a clãs inescrupulosos.

2. ANÁLISE SINTÁTICA

QUESTÕES OBJETIVAS

3. (FGV/TJ/RN/Analista/2023) Todos os pensamentos abaixo trazem orações adjetivas destacadas; a opção em que essa oração foi substituída por um adjetivo de forma adequada, é:

- Uma ideia medíocre QUE DESPERTA ENTUSIASMO irá mais longe que uma grande ideia que não inspira entusiasmo algum / motivadora.
- Nosso grande erro é tentar obter de cada um as virtudes QUE NÃO POSSUEM e desdenhar o aprimoramento das que possuem / encarecedoras.

- A única coisa QUE VEM SEM ESFORÇO é a idade / inevitável.
- Há mais pessoas QUE DESISTEM do que pessoas que fracassam / desestimuladas.
- Não se pode confiar EM QUEM NÃO CONFIA EM NINGUÉM / nos confiantes.

4. (IBFC/TJ/MG/Analista/2022) Na oração “A quem ele amara de verdade”, justifica-se a presença da preposição destacada em função:

- da exigência normativa da regência do verbo “amar”.
- da necessidade de desfazer a ambiguidade acerca do objeto.
- da introdução de um objeto direto preposicionado de valor afetivo.
- de uma estrutura em paralelismo com a oração anterior.
- da indicação de gênero do referente do pronome relativo.

5. (IBFC/TJ/MG/Analista/2022) No período “CONVÉM que a primeira frase seja cintilante”, o verbo destacado constitui a oração principal. Pode-se afirmar que está flexionado na terceira pessoa do singular e que seu sujeito é:

- desinencial.
- indeterminado.
- oracional.
- inexistente.
- composto.

6. (Idecan/TJ/PI/Analista/2022) “É que só um dos gêmeos se parece comigo!”. A palavra QUE no período acima se classifica como:

- preposição.
- pronome relativo.
- conjunção integrante.
- conjunção subordinativa.
- conjunção coordenativa.

7. (FGV/TJ/RO/Analista/2021) Um comentário crítico sobre um filme dizia: “O filme é bom, MAS um pouco lento e monótono!”. A frase abaixo em que o termo MAS apresenta idêntico significado ao desse caso é:

- Tem muito dinheiro, mas é muito infeliz.
- Mas por que ela não veio?

- c) Não só ele mas também ela compareceu.
- d) Mas você é muito maluco, cara!
- e) Você acaba de saber disso, mas como?

8. (FGV/TJ/DFT/Analista/2021) Chegaram todos atrasados; além disso, não trouxeram as encomendas. Nessa frase, aparece o conector “além disso” com valor de adição; a frase abaixo em que NÃO há um conector do mesmo valor aditivo é:

- a) Além de usar máscara, os passageiros dos ônibus deviam estar mais separados uns dos outros.
- b) Ainda por cima, as pessoas parecem considerar que a pandemia já acabou.
- c) Corria o risco de contrair a doença e mesmo assim não se importava.
- d) Nem a máscara nem o álcool protegem integralmente contra a Covid.
- e) Não só a pandemia não terminou, como também novas cepas são esperadas.

3. CONCORDÂNCIA/REGÊNCIA NOMINAL/VERBAL

QUESTÕES OBJETIVAS

9. (FCC/TJ/CE/Analista/2022) “EM QUE PESE a suposta liberdade de escolha de cada usuário, há códigos implícitos e fórmulas bastante explícitas sobre como deveria ser essa autocriação. Mantendo as relações de sentido estabelecidas pelo contexto, o segmento destacado pode ser substituído por:

- a) Para além de.
- b) Contanto que.
- c) Devido a.
- d) Não obstante.
- e) De acordo com.

10. (FCC/TJ/CE/Analista/2022) Está correta a redação da seguinte frase:

- a) Têm-se que o modo de vida dos jovens mais abastados das grandes cidades estadunidenses estão no cerne do novo tipo de personalidade das mídias sociais.
- b) Diariamente exhibe-se fotografias autorreferentes nas mídias sociais, fazendo de seus autores um tipo de personagem já visto no cinema e na televisão.
- c) Por tratar-se de uma obra à ser vista, os relatos autobiográficos encontrados nas mídias sociais, precisam conquistar grande audiência.
- d) Como é sabido, existe inúmeras estratégias de autopromoção com o intuito de aumentar a visibilidade de uma personalidade virtual.
- e) Grande parte dos relatos cotidianos encontrados nas mídias sociais possui como meta a autopromoção da própria personalidade.

11. (IBFC/TJ/MG/Analista/2022) Sabendo que o verbo “convir” é irregular, assinale a alternativa em que se erra no registro de sua flexão.

- a) Todos convinham que era a melhor saída.
- b) Nessa situação, seu discurso não conviu.
- c) Quando convier, busque apresentar sua posição.
- d) Suas atitudes convirão apenas no futuro.
- e) Se conviesse, você deveria se pronunciar.

12. (FCC/TJ/SC/Analista/2021) Há pleno atendimento às normas de concordância e adequada articulação entre os tempos verbais na frase:

- a) Se não confluir a biotecnologia e a ciência da computação, estaria prejudicado, como previsão, a tese defendida no texto.
- b) Caso venham a escapar do nosso domínio o que decidem as instituições públicas, nos sujeitamos ao controle das novas tecnologias.
- c) Mesmo que muitos alimentem a ilusão do contrário, parece que logo estaremos todos submetidos ao poder das novas tecnologias.
- d) Ainda que não fosse tão decisivo em seu poder revolucionário, as tecnologias deverão ocupar um espaço de decisão muito maior.
- e) Muitos males que têm assolado a humanidade possivelmente serão vencidos se viessem a ocorrer tudo o que se prevêem nas novas tecnologias.

13. (FCC/TJ/MA/Analista/2019) Ao se flexionar na voz passiva, a forma verbal atende às normas de concordância na frase:

- a) Ao se revelar no mapa, os nomes cartográficos sobrepõem-se por vezes à conformação natural daquilo que designa.
- b) Por mais que se determine os critérios de nomeação adotados pelos cartógrafos, nunca eles alcançarão uma plena objetividade.
- c) No momento em que são adotados pelo cartógrafo idôneo, o critério linguístico se mostra adequado na confecção dos mapas.
- d) Na medida em que se submetam a algum critério objetivo, as denominações de um mapa podem fazer muito sentido.
- e) Como deixar de se reconhecerem nas nomeações dos mapas a influência determinante de razões políticas e ideológicas?

14. (Vunesp/TJ/SP/Analista/2019) “(____) dúvidas sobre a continuidade do crescimento do Produto Interno Bruto global. Como se (____) as suas projeções nos últimos meses, o FMI cortou a previsão para 2018 e 2019 em 0,2 ponto percentual. Em alguns países, os juros cobrados para o financiamento de suas dívidas (____).” De acordo com a norma-padrão, as lacunas dos enunciados devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- a) Surgem... reduziram... têm sido exagerados.
- b) Ocorre... reduziram... têm sido exagerados.
- c) Existem... reduziu... tem sido exagerado.
- d) Aparece... reduziu... tem sido exagerados.
- e) Há... reduziram... têm sido exagerado.

15. (Vunesp/TJ/SP/Analista/2019) Assinale a alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância.

- a) As empresas que, hoje, em lugar de coisas vende serviços, moldaram-se à economia digital.
- b) Presenteados, em sua maioria, são os livros que hoje fazem parte da biblioteca do escritor.
- c) Não faz tantos anos que redes de lojas como Tower Records e Virgin Megastore eram referência no mercado musical.
- d) O autor tem registrada, em seu celular, capas de livros que lhe interessam, os quais prefere ler em formato e-book.
- e) O livro de Tien Tzuo, além dos dados numéricos, expõem reflexões a respeito do comportamento das novas gerações.

16. (Faurgs/TJ/RS/Analista/2018) Em relação à oração “Existem dois territórios”, é correto afirmar que:

- a) este é um exemplo de oração sem sujeito.
- b) o seu sujeito é indeterminado, uma vez que o verbo está conjugado na terceira pessoa do plural.

- c) a expressão “dois territórios” é objeto direto da forma verbal “existem”.
- d) o sujeito concorda em número e pessoa com o predicado.
- e) o sujeito não concorda com o predicado, por tratar-se de um caso de verbo impessoal, com sentido de existir.

17. (Vunesp/TJ/SP/Analista/2019) Assinale a alternativa em que a regência está em conformidade com a norma-padrão.

- a) Embora as nações aspirem cobertura universal de saúde, precisamos reconhecer de que ela ainda não chegou em todos os habitantes do planeta.
- b) Embora as nações aspirem na cobertura universal de saúde, precisamos reconhecer de que ela ainda não chegou a todos os habitantes do planeta.
- c) Embora as nações aspirem pela cobertura universal de saúde, precisamos reconhecer que ela ainda não chegou em todos os habitantes do planeta.
- d) Embora as nações aspirem à cobertura universal de saúde, precisamos reconhecer que ela ainda não chegou a todos os habitantes do planeta.
- e) Embora as nações aspirem por cobertura universal de saúde, precisamos reconhecer que ela ainda não chegou com todos os habitantes do planeta.

18. (Vunesp/TJ/SP/Analista/2019) Considere os enunciados, reescritos a partir das informações textuais:

- I. A Declaração de Alma Alta e a Declaração de Astana (___) preocupação em fortalecer a atenção primária à saúde.
- II. As ações em saúde (___) ficado muito (___) em combater doenças específicas, em detrimento da prevenção de doenças.
- III. De acordo com a Declaração de Astana, (___) uma ação multissetorial que inclua tecnologia, conhecimento científico e tradicional.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas dos enunciados devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- a) revela... têm... focadas... é necessária.
- b) revelam... tem... focados... é necessário.
- c) revelam... têm... focadas... é necessária.
- d) revela... tem... focado... é necessário.
- e) revelam... têm... focado... é necessário.

19. (Vunesp/TJ/SP/Analista/2019) Os resultados da atuação dos clubes de leitura, (___), apresentaram ganhos mais concretos do que se pode imaginar. Para estar de acordo com a norma-padrão de regência, a lacuna dessa frase deve ser preenchida por:

- a) a que os pesquisadores realizaram um detalhamento.
- b) a que os pesquisadores deram realce.
- c) com que os pesquisadores centraram a atenção.
- d) de que os pesquisadores pormenorizaram.
- e) com que os pesquisadores se debruçaram.

4. CRASE

QUESTÕES OBJETIVAS

20. (Cespe/TJ/DFT/Analista/2023) Em “ações que visem à redução da morosidade processual e à simplificação dos procedimentos judiciais”, o uso do sinal indicativo de crase no vocábulo “à”, nas suas duas ocorrências, é facultativo.

21. (IBFC/TJ/MG/Analista/2022) Dentre as alternativas abaixo, assinale a que deveria ter, obrigatoriamente, o acento grave.

- a) De ponta a ponta, tudo era apenas mato.

- b) Interesse-me por motores movidos a óleo.
- c) Fizeram críticas a algumas dessas propostas.
- d) Todos desobedeceram a esta lei recente.
- e) Os funcionários voltaram apenas a meia-noite.

22. (Vunesp/TJ/SP/Analista/2019) “No que respeita (___) democracia, a liberdade de expressão é direito fundamental diretamente correlato ___ garantia de voz aos cidadãos na manifestação de suas várias correntes políticas e ideológicas. É certo que (___) proteção da liberdade de expressão não é suficiente para assegurar a participação popular no debate político, pois os direitos fundamentais efetivam-se de modo interdependente: (___) eficácia de um direito fundamental depende da eficácia dos demais. Porém, não restam dúvidas de que, para que tal liberdade se concretize, é imprescindível que aqueles que desejem manifestar-se na esfera pública tenham como fazê-lo e não sejam reprimidos por isso.” (<https://www12.senado.leg.br>. Adaptado). De acordo com a norma-padrão, as lacunas dos enunciados devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- a) à... à... a... a.
- b) à... a... a... à.
- c) a... a... à... a.
- d) à... à... à... à.
- e) a... a... à... à.

23. (Vunesp/TJ/SP/Analista/2019) Um estudo realizado por pesquisadores do Porto concluiu que a intervenção de enfermeiros especialistas em saúde mental, aliada (___) medicação, é significativamente mais eficaz (___) reduzir os níveis de ansiedade quando comparada com o tratamento apenas com medicamentos. A pesquisa, (___) que o jornal teve acesso, foi realizada por um grupo de pesquisadores do CINTESIS – Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde e da Escola Superior de Enfermagem do Porto e publicada no Journal of Advanced Nursing. Os resultados indicam um “efeito positivo da intervenção psicoterapêutica da enfermagem”, realizada por um enfermeiro especialista em saúde mental, registrando-se uma clara diminuição dos níveis de ansiedade e um aumento do autocontrole da ansiedade no final das cinco sessões (45 a 60 minutos/semana) realizadas em cinco semanas consecutivas. (Expresso. <https://expresso.sapo.pt>. Adaptado). De acordo com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- a) a... a... de.
- b) a... em... em.
- c) à... para... a.
- d) à... à... à.
- e) à... de... à.

24. (Vunesp/TJ/SP/Analista/2019) Leia o texto: “Graças (___) leitura de “A vida invisível de Eurídice Gusmão”, romance de Martha Batalha, referente (___) angústias de duas irmãs na década de 1940, um homem de 42 anos, preso em São Paulo, decidiu reatar com a filha. O livro chegou (___) essa pessoa por meio do Programa Clubes de Leitura e Remição de Pena.” (Mariana Vick. Folha de S.Paulo, 26.06.2018. Adaptado). De acordo com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- a) a... as... a.
- b) a... às... à.
- c) à... às... a.
- d) à... as... à.
- e) à... às... à.

25. (Vunesp/TJ/SP/Analista/2019) Assinale a alternativa que completa corretamente o trecho a seguir: “A recente onda de escândalos de corrupção levou as empresas (___)”.

- à alguns ajustes para a adaptação ao mercado atual.
- à acertadamente buscar maior transparência nas relações comerciais.
- à uma nova dinâmica de governança e gerenciamento de contratos.
- à incorporação de área técnica de responsabilidade do compliance.
- à projetos com órgãos públicos que envolvam combate a fraudes.

5. INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

ATENÇÃO: ESTE TEMA É MUITO EXIGIDO NOS CONCURSOS!

QUESTÕES DISCURSIVAS

1. (FCC/TJ/BA/Analista/2023) Na primeira metade do século passado, o educador baiano Anísio Teixeira formulava princípios que considerava essenciais para um ensino de qualidade em nosso país. Entre eles estava o compromisso de se desenvolver sobretudo a capacidade do pensamento crítico do educando para além da aquisição de informações. Redija um texto dissertativo-argumentativo no qual você exponha com clareza sua posição crítica acerca da convicção de Anísio Teixeira, ao tempo da internet e das múltiplas conexões digitais.

2. (FGV/TJ/TO/Analista/2022) Vivemos num mundo rodeado de campanhas publicitárias motivadas por temas bem diversos: não beba antes de dirigir; obedeça à sinalização; não compre o que é barato, compre o que é bom; use o Pix, facilita a sua vida etc. Apesar de tantas campanhas, porém, alguns ainda lamentam a ausência de campanhas para temas meritórios e que poderiam ser bastante úteis à nossa sociedade. Redija um texto dissertativo-argumentativo, em língua culta, com no mínimo 15 e no máximo 20 linhas, em que você aborde o papel das campanhas publicitárias, dando sugestão para uma delas cujo tema se mostre atualmente necessário. Apresente argumentos convincentes na defesa de sua ideia.

3. (FGV/TJ/RO/Analista/2021) Todo dia que termina, como já disse um poeta, marca sempre menos tempo de vida que nos sobra. O tema de nossa redação é justamente esse: como administrar o tempo em nossas vidas, de modo que ele seja aliado, e não adversário, diante de nossos inúmeros projetos e compromissos? Abaixo estão algumas frases de Machado de Assis sobre o tempo, apenas para inspirá-lo. Redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema, em linguagem culta, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, em que você expresse suas opiniões acompanhadas de argumentos convincentes. Frases de Machado de Assis 1. “Matamos o tempo; o tempo nos enterra.” 2. “O tempo, como escultor vagaroso, não acaba logo, e vai polindo ao passar dos longos dias.” 3. “O tempo é um rato roedor das coisas.” 4. “O tempo é um tecido invisível em que se pode bordar tudo, uma flor, um pássaro, uma dama, um castelo, um túmulo. Também se pode bordar nada.”

QUESTÕES OBJETIVAS

26. (FGV/TJ/RN/Analista/2023) Um escritor espanhol, conhecido por sua preocupação com o idioma, produziu a seguinte

frase: “Estudar latim é como colocar as palavras para fazer ginástica”. Isso significa que:

- o estudo de latim é hoje uma tarefa inútil, pois os estudos históricos perderam valor.
- o conhecimento do latim melhora a qualidade redacional de nossos textos.
- estudar a língua latina faz com que se acrescentem muitos novos vocábulos aos dicionários.
- o aprendizado da língua latina é indispensável para o conhecimento de nosso próprio idioma.
- estudar latim faz com que aprofundemos o conhecimento das palavras.

27. (Cespe/TJ/DFT/Analista/2023) No trecho “evento promovido pelo CNJ com o intuito de difundir nos tribunais a cultura da realização de acordos entre os litigantes com vistas a extinguir demandas judiciais”, as orações introduzidas por “com o intuito de” e “com vistas a” expressam, igualmente, noção de finalidade, logo, sem alteração dos sentidos e da correção gramatical do texto, a oração “com vistas a extinguir demandas judiciais” poderia ser deslocada para imediatamente após “CNJ”.

28. (FGV/TJ/RN/Analista/2023) Observe a tradução de um fragmento textual francês: “Na origem, a casa tinha sido acoplada a um computador, como tantas outras, a um computador provisional encarregado de a fazer evoluir em função dos cálculos de probabilidade de que se alimentava a máquina. A eventualidade de um inverno frio fazia com que surgisse um engrossamento progressivo das paredes, num isolamento reforçado. Uma dupla camada de telhas crescia lentamente sobre o teto, uma lareira suplementar emergia do solo como um legume perfurando a terra de um jardim.” Trata-se, no caso, de uma narrativa de ficção científica; a característica desse gênero narrativo que se aplica a esse segmento textual, é:

- localização em um tempo futuro, que é visto como passado, a ponto de ser narrado.
- narrativa que envolve um mundo cujos elementos são completamente desconhecidos do leitor atual.
- apresentação de uma visão pessimista do mundo futuro, governado por máquinas incontroláveis.
- sugestão de uma tecnologia avançada, não criada pelos humanos, mas por seres superdotados.
- narrativa em que o próprio narrador mostra desconhecimento da realidade narrada.

29. (Cespe/TJ/DFT/Analista/2023) A correção gramatical e a coerência seriam mantidas caso o trecho “apesar do consenso de que o Brasil se insere em um contexto de tradição jurídica formalista, ocorre atualmente um movimento descrito como ‘permeabilidade às novas referências institucionais para a solução dos conflitos e ao discurso de intervenção social’” fosse reescrito da seguinte forma: existe um consenso de que o Brasil se insere em um contexto de tradição jurídica formalista, porém, atualmente, ocorre um movimento descrito como “permeabilidade às novas referências institucionais para a solução dos conflitos e ao discurso de intervenção social”.

30. (FGV/TJ/RN/Analista/2023) No romance Dom Casmurro, o narrador faz uma descrição de um personagem do seguinte modo: “Levantou-se para ir buscar o gamão, que estava no interior da casa. Cossi-me muito à parede, e vi-o passar com as suas calças brancas engomadas, presilhas, rodapé e gravata de mola. Foi dos últimos que usaram presilhas no Rio de Janeiro, e talvez neste mundo. Trazia as calças curtas para que lhe ficassem bem esticadas. A gravata de cetim preto, com um arco de aço por dentro, imobilizava-lhe o pescoço; era então moda (...). Era magro,

chupado, com um princípio de calva; teria os seus cinquenta e cinco anos”. A descrição desse personagem tem base:

- predominantemente física, com traços psicológicos.
- predominantemente psicológica, com traços físicos.
- sociológica, explorando sua atividade profissional.
- física, psicológica e sociológica.
- predominantemente sociológica, com traços físicos.

31. (FGV/TJ/RN/Analista/2023) “Por que você escreve? A essa pergunta Balzac respondeu: para ser rico e célebre. Outros responderão certamente: porque é um ato necessário a meu equilíbrio psíquico, eu escreveria mesmo que eu não fosse publicado. Essas são as duas respostas extremas. Eu direi quanto a mim: para ser lido. Eu me considero como um artesão em sua oficina, aperfeiçoando esse objeto manufaturado destinado a ser vendido, um livro. Um livro é uma criação, que comporta um primeiro e um segundo grau. No primeiro, eu invento uma história e personagens. No segundo, o leitor se apoia no que inventei e persegue minha criação para torná-la sua. E como toda criação traz alegria, há para mim uma dupla felicidade: a de criar e a de suscitar uma criação entre meus leitores. Eu acendo um fogo que me dá calor e luz, mas eu o expando e observo milhões de pequenas luzes tremulando sobre toda a terra, feitas nos espíritos e corações por minhas obras” (Michel Tournier, *Libération*, 1985). Sobre a significação desse pequeno texto, é correto afirmar que:

- segundo o texto, no fundo, todos escrevem pelo mesmo motivo: tornarem-se ricos e célebres.
- em resumo, os escritores pretendem trazer felicidade aos homens, mesmo que não sejam publicados.
- o autor do texto responde à pergunta inicial, apoiado em sua experiência pessoal, destacando o poder da criação.
- escrever é uma experiência que requer dedicação e trabalho a fim de que o livro possa ser amplamente consumido.
- os autores criam histórias e personagens para que os leitores se sintam motivados a criarem os seus.

32. (FGV/TJ/RN/Analista/2023) “O gerente da empresa comentou que, com a futura chegada dos bombeiros, o incêndio seria controlado e a produção poderia ser entregue dentro do prazo.” A argumentação do gerente mostra um problema, que é:

- a fuga do assunto, já que o foco deveria ser o incêndio.
- uma generalização excessiva já que nem todos os incêndios conseguem ser apagados a tempo.
- um argumento autoritário, já que ele sozinho decide o que fazer com a produção.
- a apresentação de uma possibilidade como certeza.
- o estabelecimento de uma relação equivocada entre causa e efeito.

33. (FGV/TJ/RN/Analista/2023) Observe a seguinte explicação, retirada de uma gramática de língua portuguesa: “O adjetivo é uma das classes de palavras, caracterizada por ser variável em gênero e número, determinante de um substantivo ou pronome substantivo, expressando estado, característica, qualidade ou relação”. Sobre esse pequeno texto explicativo, é correto afirmar que o texto:

- se estrutura a partir de uma pergunta explícita, seguida de uma resposta que lhe dá explicação.
- comporta definições, destacadas por palavras que as apresentam.
- mostra muitos conectores lógicos, que introduzem explicações.
- mostra termos especializados não explicados em função de dirigir-se a leitores com certos conhecimentos.
- mostra comparações e esquemas que permitem visualizar a explicação de forma mais clara.

34. (FGV/TJ/RN/Analista/2023) Todas as frases abaixo trazem metáforas ou comparações; a opção em que o motivo da comparação está identificado de forma adequada, é:

- Meu pai sempre trabalhou como um escravo / com baixos salários.
- O carro passou pela avenida como um foguete / soltando fogo pelo cano traseiro.
- O menino declarou que a avó parecia uma bruxa / andava com uma vassoura.
- Em sala de aula, meu professor de História parecia uma biblioteca / carregava muitos livros consigo.
- A sala de jantar dos meus avós era tal qual um museu / cheia de coisas velhas e malcuidadas.

35. (FGV/TJ/RN/Analista/2023) “Aconteceu aos verdadeiros sábios o que se verifica com as espigas de milho, que se ergueram orgulhosamente enquanto vazias e, quando se enchem e amadurece o grão, se inclinam e se dobram humildemente. Assim esses homens, depois de tudo terem experimentado, sondado e nada haverem encontrado nesse amontoado considerável de coisas tão diversas, renunciaram à sua presunção e reconheceram a sua insignificância.” Sobre a base argumentativa desse pensamento de Montaigne, é correto afirmar que:

- a tese do texto é a de que os verdadeiros sábios se inspiram nas espigas de milho.
- o argumento básico do texto é de base comparativa, citando o exemplo das espigas de milho.
- a argumentação apresentada é a experiência pessoal do autor, filósofo e escritor.
- o público-alvo do texto são os verdadeiros sábios, que não interrompem a trajetória do aprendizado.
- a lição do texto é a de que a humildade, também na natureza, só não é seguida pelos verdadeiros sábios, por já possuírem o conhecimento.

36. (FGV/TJ/RN/Analista/2023) A frase abaixo que apresenta uma relação lógica corretamente estabelecida, é:

- audição está para som como paladar está para língua.
- livro está para capa como travesseiro está para fronha.
- álcool está para alcoolismo como droga está para traficante.
- tecido está para desbotar como papel está para rasgar.
- mestre está para discípulo como professor está para escola.

37. (FGV/TJ/RN/Analista/2023) Uma das estratégias de diminuir o ser humano é usar para ele vocábulos empregados somente ou também para coisas (reificação); a frase abaixo em que foi empregado esse processo, é:

- Apesar de craque, em alguns jogos Pelé parecia desligado.
- Nem toda pessoa domina os nervos.
- Os professores não perdem a paciência facilmente.
- Havia grande quantidade de pessoas na festa.
- Os artistas prometeram fazer um bom show.

38. (FCC/TJ/CE/Analista/2022) Em “ENTRETANTO, um pequeno rumor que ouvi dentro veio acordar-me da leitura”, o termo destacado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

- Além disso.
- Na verdade.
- Não obstante.
- Por conseguinte.
- Salvo engano.

39. (FCC/TJ/CE/Analista/2022) No trecho “algo que se cinzela a todo momento para ser compartilhado, curtido, comentado e admirado”, o termo “cinzela” pode ser substituído, sem prejuízo do sentido, por:

- a) aprimora.
- b) propaga.
- c) revela.
- d) corrói.
- e) recria.

40. (IBFC/TJ/MG/Analista/2022) A seleção dos adjetivos e de outros termos caracterizadores é fundamental para a produção de efeitos na composição dos textos. Dentre as passagens abaixo, retiradas do texto, assinale a que não destaca um exemplo de caracterização subjetiva.

- a) “essas dobras DESDENHOSAS.”
- b) “certo brilho TENEBROSO nos olhos.”
- c) “como esses monges MEDIEVAIS.”
- d) “a razão de TRISTES mal-entendidos.”
- e) esse conjunto de atributos SUTIS.”

41. (FCC/TJ/CE/Analista/2022) “Professora de violão, o seu sonho secreto fora sempre o violino, ENTRETANTO.” O termo destacado assinala, no contexto, uma:

- a) condição.
- b) oposição.
- c) contradição.
- d) finalidade.
- e) consequência.

42. (IBFC/TJ/MG/Analista/2022) Em “Mas O ‘QUASE’ era atroz”, o vocábulo destacado tem seu sentido realçado pelas aspas, mas também em função de, no contexto em que se encontra, assumir um caráter:

- a) numérico.
- b) adjetivo.
- c) pronominal.
- d) adverbial.
- e) substantivo.

43. (IBFC/TJ/MG/Analista/2022) A respeito da expressão destacada em “CLARO QUE seu rosto era quase o mesmo de Georgina”, é correto afirmar que, na frase em que encontra, estabelece um papel de:

- a) predicativo em relação à oração seguinte.
- b) retificação em relação ao que se afirmou.
- c) realce em relação a uma declaração.
- d) conotativo a partir de um termo figurado.
- e) comparativo ao igualar um mesmo atributo.

44. (IBFC/TJ/MG/Analista/2022) Considere a oração “seu corpo se transforma ABRUPTAMENTE numa coisa diferente”, para responder à questão. Ao observar o sentido do vocábulo destacado e seu papel morfossintático, é correto afirmar que:

- a) indica o modo pelo qual determinada ação ocorre.
- b) atribui uma característica permanente à “coisa”.
- c) nomeia o elemento específico a ser transformado.
- d) reforça a diferença no resultado da transformação.
- e) precisa a duração do tempo de uma ação.

45. (IBFC/TJ/MG/Analista/2022) Considerando a passagem “dois gênios entre tantos que fizeram da leitura de jornal um hábito NÃO SÓ informativo, MAS prazeroso e provocador.”,

pode-se afirmar que os conectivos destacados possuem um valor semântico:

- a) alternativo.
- b) aditivo.
- c) adversativo.
- d) concessivo.
- e) conformativo.

46. (IBFC/TJ/MG/Analista/2022) O verbo “tornar”, presente no título da matéria (“Fatores que podem atrair e tornar mais fácil a vida dos pedestres”), é um marcador que introduz, ao leitor, o seguinte conteúdo pressuposto:

- a) a importância de caminhadas diárias.
- b) o comportamento distraído das pessoas.
- c) o avanço no processo de urbanização.
- d) o alto custo de vida nos centros urbanos.
- e) a existência de dificuldade na vida dos pedestres.

47. (IBFC/TJ/MG/Analista/2022) O conhecimento do vocabulário jurídico é bastante significativo para a redação e para o entendimento dos textos dessa natureza. Por exemplo, considere o seguinte artigo do Código Penal: “Art. 18. Diz-se o crime: (...) Crime culposo II – culposo, quando o agente deu causa ao resultado por IMPRUDÊNCIA, NEGLIGÊNCIA ou IMPERÍCIA.” Em relação aos vocábulos destacados em maiúsculas, é correto afirmar que:

- a) podem ser considerados sinônimos enumerados apenas para enfatizar.
- b) seus sentidos podem ser inferidos a partir da leitura, por meio do contexto.
- c) são marcados por prefixos que indicam suas classes gramaticais.
- d) não se equivalem, pois receberam significados distintos do legislador.
- e) possuem a mesma família etimológica aproximando-os semanticamente.

48. (IBFC/TJ/MG/Analista/2022) A impessoalidade é uma importante ferramenta para a produção de sentido em um texto. A linguagem oferece diferentes estratégias para se obter esse efeito. Assinale a alternativa em que não há o emprego da impessoalidade.

- a) Já separaram toda a documentação da lista.
- b) Faça apenas o que o regimento indicar.
- c) Convém que estejamos atentos às instruções.
- d) Ainda se necessita de funcionários competentes.
- e) É preciso considerar que os dados são consistentes.

49. (Idecap/TJ/PI/Analista/2022) “Ainda assim, somos tratados como ETs: só soubemos pelos Jornais que a base de lançamentos instalada em nosso lar pode servir de espaçoporto para turismo espacial.” O segmento após os dois-pontos, em relação ao trecho anterior, desempenha papel de:

- a) explicação.
- b) enumeração.
- c) exemplificação.
- d) especificação.
- e) explicitação.

50. (FCC/TJ/SC/Analista/2021) Duas revoluções da humanidade

Estamos hoje na confluência de duas imensas revoluções. Por um lado, biólogos estão decifrando os mistérios do corpo humano,

particularmente do cérebro e dos sentimentos. Ao mesmo tempo, os cientistas da computação estão nos dando um poder de processamento de dados sem precedente. Quando a revolução na biotecnologia se fundir com a revolução na tecnologia da informática, essa fusão produzirá algoritmos de longo alcance capazes de monitorar e compreender nossos sentimentos muito melhor do que nós mesmos, e então a autoridade decisiva passará dos humanos para os computadores.

Nossa ilusão de que detemos uma total e livre capacidade de escolha, a que damos o nome de livre arbítrio, provavelmente vai se desintegrar à medida que nos depararmos, diariamente, com instituições, corporações e agências do governo que compreendem e manipulam o que era, até então, do domínio do nosso inacessível reino interior.

Isso já está acontecendo no campo da medicina. As decisões médicas mais importantes de nossa vida se baseiam não na sensação de estarmos doentes ou saudáveis, nem mesmo nos prognósticos informados por nosso médico - mas nos cálculos de computadores que entendem do nosso corpo muito melhor do que nós. Eles serão capazes de monitorar nossa saúde 24 horas por dia, sete dias por semana. Serão capazes de detectar, logo em seu início, a gripe, o câncer, o mal de Alzheimer, muito antes de sentirmos que há algo errado conosco. Poderão então recomendar tratamentos adequados, dietas e regimes diários, sob medida para nossa compleição física, nosso DNA e nossa personalidade, que são únicos. (Adaptado de: HARARI, Yuval Noah. 21 lições para o século 21. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 74-75)

É uma hipótese do texto a ideia de que aquilo a que damos o nome de livre arbítrio (2º parágrafo) deverá se extinguir em razão de:

- melhor entendimento e domínio que passaremos a ter dos nossos próprios sentimentos.
- aperfeiçoamento de uma tecnologia que expandirá nossa liberdade de escolha.
- maior grau de influência comportamental que terão sobre todos as agências estatais.
- poder que passarão a exercer a biotecnologia e a informática, uma vez associadas.
- aprimoramento das faculdades naturais do homem, promovido por normas éticas ideais.

51. (FCC/TJ/SC/Analista/2021) Uma revolução que vem ocorrendo no campo da medicina é expressa pelo que se encontra no seguinte segmento:

- cálculos de computadores (3º parágrafo)
- livre capacidade de escolha (2º parágrafo)
- domínio do nosso inacessível reino interior (2º parágrafo)
- sensação de estarmos doentes ou saudáveis (3º parágrafo)
- prognósticos informados por nosso médico (3º parágrafo)

52. (FCC/TJ/SC/Analista/2021) A crônica em sua função

A palavra crônica é conhecida e designa um gênero de texto. Vem por vezes acompanhada de adjetivo: política, esportiva, social, policial etc. Se vier desacompanhada de qualquer qualificativo, é porque ela serve a um cronista não especializado, um escritor de linguagem cativante que pode falar de qualquer coisa que desperte o interesse do leitor. Não há jornal ou revista que dispense esse tipo de cronista. Que função terá essa modalidade de crônica, livre que está para abordar não importa o que seja?

Quando, ao ler um jornal, nos detemos nela, é porque sabemos que a mão do escritor, com leveza de estilo, com algum humor, com um mínimo de sabedoria e perspicácia, nos conduzirá por um texto que nos poupa da gravidade dos grandes assuntos da política ou da economia e chamará nossa atenção para algum assunto que, não sendo manchetado, diz respeito à nossa vida pequenina, ao nosso cotidiano, aos nossos hábitos, aos nossos valores mais

íntimos. Uma crônica pode falar de uma dor de dente, de um incidente na praia, de um caso de amor, de uma viagem, de um momento de tédio ou até mesmo da falta de assunto. O importante é que o cronista faça de seu texto um objeto hipnótico, do qual não se consegue tirar os olhos. Para isso, há que haver talento. Entre nós, pontifica até hoje o nome do cronista Rubem Braga (1913-1990). É uma unanimidade: todos o consideram o maior de todos, o mestre do gênero. De fato, Rubem Braga cumpriu com excelência o alcance de um cronista: deu-nos poesia, reflexão, análise, lucidez, ironia, humor - tudo numa linguagem de exemplar clareza e densidade subjetiva. A crônica de Rubem Braga cumpriu o papel fundamental desse gênero literário pouco homenageado. Nas palavras do crítico Antonio Candido, uma crônica “pega o miúdo da vida e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas. Isto acontece porque ela não tem a pretensão de durar, uma vez que é filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa”. O crítico não tem dúvida em considerar que as boas crônicas, “por serem leves e acessíveis talvez comuniquem, mais do que poderia fazer um estudo intencional, a visão humana do homem na sua vida de todo dia”. Não é pouca coisa. Vida longa aos bons cronistas. (Jeremias Salustiano, inédito)

No primeiro parágrafo do texto, informa-se que a crônica:

- deve atender a uma função específica e especializada para ser reconhecida como um gênero literário.
- caracteriza-se pela liberdade que tem de explorar todo e qualquer assunto, rejeitando qualquer particularização.
- passa a interessar o leitor na medida em que seu gênero se determine por um dos qualificativos citados.
- pode se constituir como um gênero textual com liberdade para falar sobre assunto que cativa a atenção do leitor.
- requer um escritor sem qualificação especial, de vez que deverá focalizar-se em assuntos indeterminados.

53. (FCC/TJ/SC/Analista/2021) No segundo parágrafo do texto, considera-se que na crônica de um autor talentoso:

- uma questão pouco relevante pode de súbito transformar-se num assunto de máxima gravidade.
- as manchetes do dia adquirem especial sabor pelo fato de que são apresentadas com irônica leveza.
- elementos cotidianos sem especial relevância ganham o dom de atrair para si a atenção concentrada do leitor.
- a gravidade de um fato é tratada pelo cronista de modo que o leitor não se dê conta da magnitude desse fato.
- há qualidade hipnótica tão intensa que o leitor desavisado não percebe quão banal é a linguagem que o atrai.

54. (FCC/TJ/SC/Analista/2021) No terceiro parágrafo do texto, verificam-se estas duas preocupações essenciais:

- reverenciar o estilo profundo e claro de Rubem Braga e considerar na crônica a beleza de um gênero desprezioso.
- lembrar a limitação específica da linguagem de Rubem Braga e mostrar como a crônica pode servir aos grandes temas.
- tomar um conhecido cronista como representante de um gênero menor e elencar as miudezas de que se ocupa a crônica.
- mostrar a adaptação de um grande escritor ao gênero menor da crônica e revelar sua estratégia para essa adaptação.
- demonstrar a intenção da crônica em exaltar os valores humanos e reconhecer no crítico citado essa mesma faculdade.

55. (FCC/TJ/SC/Analista/2021) Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- designa um gênero de texto (1º parágrafo) = arbitra um componente textual.

- b) nos poupa da gravidade (2º parágrafo) = dispensa-nos da austeridade.
- c) diz respeito à nossa vida pequenina (2º parágrafo) = incita à pequenez do saber.
- d) há que haver talento (2º parágrafo) = dispor-se a valorizar, se possível.
- e) cumpriu à perfeição o papel (3º parágrafo) = difundiu bem seu dom.

56. (FGV/TJ/RS/Analista/2020) A frase que exemplifica um caso de linguagem figurada é:

- a) Tudo está muito bem nas férias dos funcionários.
- b) O livro foi publicado com duzentas páginas.
- c) O chocolate estava muito saboroso.
- d) Tudo correu às mil maravilhas.
- e) Nada acontece por acaso.

57. (FGV/TJ/RS/Analista/2020) A frase abaixo em que ocorre ambiguidade é:

- a) Ninguém mais os encontrou de novo.
- b) O cargo de oficial de justiça é importante.
- c) A nomeação do Ministro foi surpreendente.
- d) Tudo foi organizado para o julgamento.
- e) As folhas do caderno despencaram.

58. (FGV/TJ/RS/Analista/2020) Dvorak aproximou-se do alto da colina e debruçou-se sobre uma pequena pedra para olhar a paisagem abaixo. Observou que havia uma grande caverna, cercada de vegetação, mas não conseguiu identificar a entrada. Fez um sinal para que o grupo o acompanhasse e começou a descer cuidadosamente a encosta. Acima aparece um pequeno texto narrativo; a frase, retirada desse texto, que mostra valor descritivo é:

- a) Dvorak aproximou-se do alto da colina.
- b) debruçou-se sobre uma pequena pedra.
- c) havia uma grande caverna, cercada de vegetação.
- d) não conseguiu identificar a entrada.
- e) Fez um sinal para que o grupo o acompanhasse.

59. (FGV/TJ/RS/Analista/2020) Frase inicial: “Hoje se dá grande atenção aos espaços verdes na construção de novos condomínios”. Acima está uma frase inicial, com uma ideia principal. A seguir colocamos cinco opções de frases, que podem ou não estar relacionadas semanticamente com a ideia principal. A única frase que tem relação de sentido com a frase inicial é:

- a) Nas praças há muitos bancos para que os idosos possam descansar.
- b) No Jardim Zoológico há preocupação com o bem-estar dos animais selvagens.
- c) Graças às clareiras urbanas, as crianças podem respirar um ar pouco poluído.
- d) As árvores frutíferas apresentam a vantagem de produzir alimentos para a população mais pobre.
- e) A poluição do ar é combatida principalmente pelas águas oceânicas.

60. (FGV/TJ/RS/Analista/2020) Observe o texto a seguir, retirado de uma revista de computação. “Por mais poderoso que seja, um computador sem programas poderá usar essa pouca utilidade. Um programa adequado com certeza não é um aplicativo profissional, caro e sofisticado que, às vezes, já vem instalado. De nada adiantam funções, botões e janelas, se você não conseguir fazer alguma coisa com eles”. Um dos elementos que dá coerência aos textos é a ocorrência de vocábulos que estão dentro de um mesmo

campo semântico; nesse texto, como palavras que pertencem ao mesmo bloco conceitual são:

- a) computador, programas, aplicativo, janelas.
- b) computador, programa, aplicativo, sofisticado.
- c) programas, aplicativo, caro, instalado.
- d) caro, sofisticado, instalado, funções.
- e) poderoso, aplicativo, instalado, funções.

61. (FGV/TJ/RS/Analista/2020) Observe uma frase abaixo: “Dada a causa, a natureza produz o efeito do modo mais breve em que pode ser produzido”. Segundo essa frase, a natureza:

- a) produz tudo o que homem precisa.
- b) indica homem ou caminho a seguir.
- c) segue, sem pressa, uma ordem natural das coisas.
- d) cria leis, mas não como respeita.
- e) mostra espírito lógico e eficiente.

62. (FGV/TJ/RS/Analista/2020) Texto 1: “É claro que somos livres para falar ou escrever como quisermos, como soubermos, como pudermos. Mas é também evidente que devemos adequar o uso da língua à situação, o que contribui efetivamente para a maior eficiência comunicativa.” O texto 1 é formado por dois intervalos. O segundo período, em relação ao primeiro, mostra uma:

- a) retificação do pensamento expresso no primeiro período.
- b) explicação necessária de opiniões manifestadas.
- c) limitação do alcance da afirmativa anterior.
- d) oposição a um pensamento já expresso.
- e) informação comprovada do que está escrito antes.

63. (FGV/TJ/RS/Analista/2020) Considerando o pensamento do texto 1 e tendo conhecimento das atribuições de um oficial de justiça, chegamos à conclusão de que, nessa atividade, a língua escrita, o nível, o uso ou o registro do idioma deve ser predominantemente:

- a) formal, de acordo com os princípios da gramática normativa.
- b) informal, em busca de mais ampla compreensão da mensagem.
- c) regional, adequando-o ao local onde ocorre a comunicação.
- d) popular, tendo em vista que as mensagens são lidas por todos.
- e) ultraformal, selecionando vocabulário erudito e construções elaboradas.

64. (FCC/TJ/MA/Analista/2019) (A harmonia natural em Rousseau).

A civilização foi vista por Jean-Jacques Rousseau (1713-1784) como responsável pela degeneração das exigências morais mais profundas da natureza humana e sua substituição pela cultura intelectual. A uniformidade artificial de comportamento, imposta pela sociedade às pessoas, leva-as a ignorar os deveres humanos e as necessidades naturais.

A vida do homem primitivo, ao contrário, seria feliz porque ele sabe viver de acordo com suas necessidades inatas. Ele é amplamente autossuficiente porque constrói sua existência no isolamento das florestas, satisfaz as necessidades de alimentação e sexo sem maiores dificuldades e não é atingido pela angústia diante da doença e da morte. As necessidades impostas pelo sentimento de autopreservação – presente em todos os momentos da vida primitiva e que impele o homem selvagem a ações agressivas – são contrabalançadas pelo inato sentimento que o impede de fazer mal aos outros desnecessariamente.

Desde suas origens, o homem natural, segundo Rousseau, é dotado de livre arbítrio e sentido de perfeição, mas o desenvolvimento pleno desses sentimentos só ocorre quando estabelecidas

as primeiras comunidades locais, baseadas sobretudo no grupo familiar. Nesse período da evolução, o homem vive a idade do ouro, a meio caminho entre a brutalidade das etapas anteriores e a corrupção das sociedades civilizadas.

(Encarte, sem indicação de autoria, a Jean-Jacques Rousseau – Os Pensadores. Capítulo 34. São Paulo: Abril, 1973, p. 473)

Deduz-se da leitura do terceiro parágrafo que:

- há uma oposição clara e irrecorrível entre o estágio da vida primitiva e o da vida civilizada.
- a idade do ouro é identificada como uma etapa transitória entre tipos de sociedade.
- o livre arbítrio, fragilizado nas sociedades civilizadas, tem muita expressão nas primitivas.
- a corrupção das sociedades civilizadas acaba sendo um reflexo dos maus hábitos primitivos.
- ocorre uma clara incompatibilidade, no período da evolução humana, entre primitivos e civilizados.

65. (FCC/TJ/MA/Analista/2019) No segundo parágrafo, o homem primitivo é caracterizado de modo a constituir:

- um exemplo de vida feliz, em virtude da harmonização com o meio, da satisfação das necessidades básicas e do espírito sereno diante da mortalidade.
- uma criatura mais feliz que o homem civilizado, embora compartilhe com este a mesma índole selvagem que leva a gratuitas violências.
- um parâmetro de conduta moral de alta elevação, em virtude do domínio das angústias que o afligem no momento da escolha de valores.
- um caso de felicidade conquistada no exercício constante de valores naturais, não se deixando afetar pelos modos aristocráticos que o assediam.
- um caso em que a autopreservação pessoal não hesita em contrariar as normas instituídas pela comunidade na qual se sente deslocado.

66. (FCC/TJ/MA/Analista/2019) Expõe-se no primeiro parágrafo do texto um aspecto importante do pensamento de Jean-Jacques Rousseau, qual seja, o de que:

- os benefícios do processo civilizatório já demonstraram que podem conviver harmoniosamente com a satisfação dos impulsos naturais.
- a cultura intelectualizada, embora atenda plenamente as exigências da vida natural, acaba por interferir na formação do caráter humano.
- numa sociedade mais evoluída torna-se fatal certa uniformização dos comportamentos, o que ocorre também com as mais primitivas.
- as exigências morais de uma sociedade passam a ser atendidas quando esta impõe seus valores civilizados aos cidadãos mais responsáveis.
- o processo civilizatório implica um tipo de artificialismo que uniformiza os valores de comportamento e degrada a natureza humana.

67. (FCC/TJ/MA/Analista/2019) (Os nomes e os lugares)

É sempre perigoso usar termos geográficos no discurso histórico. É preciso ter muita cautela, pois a cartografia dá um ar de espúria objetividade a termos que, com frequência, talvez geralmente, pertencem à política, ao reino dos programas, mais que à realidade. Historiadores e diplomatas sabem com que frequência a ideologia e a política se fazem passar por fatos. Rios, representados nos mapas por linhas claras, são transformados não apenas em fronteiras entre países, mas fronteiras “naturais”. Demarcações linguísticas justificam fronteiras estatais.

A própria escolha dos nomes nos mapas costuma criar para os cartógrafos a necessidade de tomar decisões políticas. Como devem chamar lugares ou características geográficas que já têm vários nomes, ou aqueles cujos nomes foram mudados oficialmente? Se for oferecida uma lista alternativa, que nomes são indicados como principais? Se os nomes mudaram, por quanto tempo devem os nomes antigos ser lembrados?

(HOBSBAWM, Eric. Tempos fraturados. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 109)

Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do primeiro parágrafo do texto em:

- um ar de espúria objetividade = um aspecto de pretensa verdade.
- reino dos programas = domínio das ciências.
- se fazem passar por fatos = subestimam a potência do que é real.
- sabem com que frequência = conhecem o quanto é raro.
- demarcações linguísticas = atribuições da linguagem.

68. (FCC/TJ/MA/Analista/2019) As decisões políticas que cabem aos cartógrafos impõem-se quando:

- um acidente geográfico passa a apresentar novas configurações físicas.
- razões de caráter estético interferem no processo de nomeação.
- a nomeação que lhes cabe identificará um posicionamento em face da história.
- sua carreira científica acaba sendo influenciada por razões eleitorais.
- as escolhas técnicas encontram um ponto de equilíbrio imune às pressões sociais.

69. (FCC/TJ/MA/Analista/2019) Segundo a convicção do historiador Eric Hobsbawm, a denominação utilizada na geografia:

- expõe-se na cartografia de modo a espelhar tão somente a realidade física do elemento identificado.
- traz consigo o risco de se tomar como nome objetivo uma identificação política ou ideológica.
- atende ao papel da natureza assumida como critério para uma localização histórica incontestável.
- tem a vantagem de se tornar uma referência histórica e espacial de caráter permanente.
- relativiza a importância dos fatos históricos na medida em que ocorre como simples descrição.

70. (Vunesp/TJ/SP/Analista/2019) Assinale o trecho do texto em que está presente a figura de linguagem chamada metáfora.

- Aos 20, quando viajava por territórios estranhos, entrava nas livrarias locais como um faminto na capoeira.
- O desaparecimento das livrarias não acredito que seja total no futuro (e ainda bem).
- O livro “Subscribed”, de Tien Tzuu, analisa a situação.
- Há quem veja aqui um retrocesso, mas também é possível ver um avanço...
- Fomos nós que matamos aquela livraria e o crime não nos pesa muito na consciência.

71. (FGV/TJ/AL/Analista/2018) “A direção da casa legislativa confirmou que as imagens foram feitas durante a sessão de quarta-feira e esclareceu que elas mostram dois ‘assessores de deputados’ trocando figurinhas durante a sessão”. Nesse segmento do texto, o trecho “assessores de deputados” aparece entre aspas a fim de:

- copiar palavras do regimento interno.
- criticar a atitude dos funcionários da assembleia.

- c) repetir a informação do autor do post.
- d) corrigir uma informação falsa.
- e) destacar a autoria do delito.

72. (FGV/TJ/AL/Analista/2018) “Votação importante hoje (19/02) e os deputados ao invés de estarem trabalhando e fazendo jus ao salário superior a 25 mil reais, estão trocando e colando figurinha da Copa do Mundo em meio à votação. Se eu falasse, ninguém acreditaria”, diz o post”. Sobre o emprego de pontuação e de sinais gráficos nesse segmento do texto, é correto afirmar que:

- a) não deveria haver vírgula após “25 mil reais”.
- b) os parênteses explicam um termo anterior.
- c) as aspas indicam que o trecho foi literalmente reproduzido.
- d) o acento grave em “à votação” está errado.
- e) a datação (19/02) deveria aparecer entre vírgulas.

73. (FGV/TJ/AL/Analista/2018) “A Copa do Mundo da Rússia só começa no dia 22 de junho, mas a febre dos álbuns com os jogadores das seleções já se espalhou e chegou até ao plenário de uma assembleia legislativa brasileira”. Nesse segmento inicial do texto há a utilização de uma conjunção adversativa (mas), que opõe as seguintes ideias:

- a) apesar de a Copa ser na Rússia, ela já começou em outros países da Europa.
- b) apesar de ser um assunto popular, as figurinhas estão em várias assembleias legislativas.
- c) apesar de ser uma competição mundial, o tema passou a ser uma febre no país sede da Copa.
- d) apesar de não ser um assunto “sério”, a Copa do Mundo é tema discutido em várias assembleias legislativas.
- e) apesar de a Copa só começar futuramente, ela já começou em uma assembleia legislativa brasileira.

74. (FGV/TJ/AL/Analista/2018) “Até porque, nessa toada, a intolerância irracional ganha terreno, e nós vamos ficando cada vez mais irracionalmente intolerantes com aquilo que não deveríamos ser”. O problema de escritura desse segmento do texto é:

- a) a grafia errada de “porque”.
- b) a ambiguidade causada pela colocação de “mais”.
- c) o mau uso do demonstrativo em “nessa toada”.
- d) o mau emprego de “com” em lugar de “contra”.
- e) a troca indevida de “isto” por “aquilo”.

6. MORFOLOGIA

QUESTÕES OBJETIVAS

75. (FGV/TJ/RN/Analista/2023) Os segmentos destacados em cada uma das frases foram substituídos por um só vocábulo de mesmo sentido, com a ajuda de um afixo (prefixo e sufixo); a única frase em que esse procedimento foi feito de forma adequada, é:

- a) O paciente mostrava **UMA INFLAMAÇÃO CONJUNTA** dos órgãos do sistema urinário / uma conjuntivite.
- b) A câmara **DESCOBERTA HÁ POUCO TEMPO** na pirâmide do Egito foi uma enorme surpresa arqueológica / pré-descoberta.
- c) **ANALISAR-SE A SI MESMO** continuamente é um bom caminho para a paz interior / autoanalisar-se.
- d) O Rio de Janeiro está sendo **VISITADO DE NOVO** / revisitado.
- e) Tudo estava explicado **DE FORMA GEOGRÁFICA** / geoidemente.

76. (IBFC/TJ/MG/Analista/2022) Considerando-se o vocábulo destacado em “Centro de ENVELHECIMENTO Cognitivo e Epidemiologia Cognitiva”, é possível notar que foi constituído a partir dos seguintes processos formadores:

- a) prefixação e aglutinação.
- b) parassíntese e sufixação.
- c) justaposição prefixação.
- d) hibridismo e sufixação.
- e) aglutinação e parassíntese.

77. (Idecan/TJ/PI/Analista/2022) Assinale a alternativa em que a palavra não tenha sido formada por composição.

- a) astronauta.
- b) espaçoporto.
- c) tecnologia.
- d) norte-americanos.
- e) interamericana.

78. (Idecan/TJ/PI/Analista/2022) Na palavra “remanescente”, é correto afirmar que há:

- a) 9 fonemas.
- b) 10 fonemas.
- c) 11 fonemas.
- d) 12 fonemas.
- e) 13 fonemas.

79. (Idecan/TJ/PI/Analista/2022) Em “vaga-lumes”, o plural foi feito corretamente, segundo a norma culta. Nesse âmbito, assinale a alternativa em que, observando-se igualmente a concordância nominal, isso NÃO tenha ocorrido.

- a) foguetes vermelho-sangue.
- b) foguetes verde-claros.
- c) foguetes azuis.
- d) foguetes laranja.
- e) foguetes rosas.

80. (FGV/TJ/DFT/Analista/2021) “E da minha fidelidade não se deveria duvidar; pois, tendo-a sempre observado, não devo aprender a rompê-la agora; e quem foi fiel e bom por quarenta e três anos, como eu, não deve poder mudar de natureza: da minha fidelidade e da minha bondade é testemunha a minha pobreza.” Nesse pensamento, o autor utiliza os adjetivos “fiel e bom” e, em seguida, os substantivos correspondentes “fidelidade” e “bondade”. A opção abaixo em que os dois adjetivos citados mostram substantivos adequados é:

- a) sensato e esperto / sensatez e esperteza.
- b) claro e escuro / clareza e escuridão.
- c) alto e gordo / altura e magrura.
- d) fundo e profundo / fundeza e profundeza.
- e) liso e áspero / lisibilidade e asperidade.

81. (UFG/TJ/GO/Analista/2021) Na formação da palavra “Jurimetria”, o radical diz respeito a jurídico e a segunda parte exprime a ideia de:

- a) processualidade.
- b) forma.
- c) medida.
- d) ritualidade.

82. (FGV/TJ/RO/Analista/2021) Um diálogo entre amigos: - O Roberto já chegou aqui? - Ainda está esperando os amigos no bar.

- a) o advérbio já indica que a ação terminará em breve.
- b) o advérbio ainda indica que a ação está em processo.